
Planejamento Estratégico

CONEXÃO QUILOMBO



A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO COMBATE AO DESMATAMENTO E NA GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MATOPIBA

SUMÁRIO EXECUTIVO

Grupo Biointeração Nego Bispo

LideraGov 4.0

Agosto/2024

Apresentação

O presente plano estratégico foi desenvolvido com o intuito de criar ferramentas para salvaguardar os modos de vida tradicionais das populações quilombolas do Matopiba frente à expansão do agronegócio. A região do Matopiba, composta por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, tem sido marcada pela rápida expansão do agronegócio, o que tem gerado impactos profundos para comunidades quilombolas e outros grupos, ameaçando seus modos de vida tradicionais, sua segurança alimentar e hídrica, que podem resultar em conflitos territoriais e migração forçada.

Diante desse desafio amplo e complexo, que envolve diversos atores, esse planejamento estratégico tem foco no desenvolvimento de ferramentas de comunicação e acesso à informação, entendendo informação e comunicação como essenciais no empoderamento da sociedade civil no combate ao desmatamento, promovendo a conscientização, a fiscalização e a mobilização necessária para proteger seus modos de vida e garantir um desenvolvimento sustentável.

As práticas sustentáveis desenvolvidas pelas comunidades quilombolas ao longo de séculos são fundamentais para a conservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas extremas. No entanto, essas práticas são frequentemente desacreditadas e desvalorizadas pela ausência de informações sobre sua importância, em favor de modelos de produção agrícola intensivos e destrutivos.

Verifica-se como a desinformação, disseminada por meio de diversas plataformas e atores sociais, tem sido utilizada como uma poderosa ferramenta para desacreditar os direitos territoriais das comunidades quilombolas, justificar a expansão do agronegócio e enfraquecer as ações de proteção dessas populações.

As principais estratégias de desinformação podem se dar por meio da manutenção de deserto de notícias, de ataques a estudos científicos para a sustentabilidade, da criação de dúvidas de razoabilidade relativizada sobre causas e consequências dos problemas ambientais, da negação da existência ou da legitimidade dos territórios quilombolas, da criminalização das lutas dos quilombolas, da difusão de informações falsas sobre os impactos ambientais das atividades quilombolas entre outras ações deletérias.

A partir destas premissas, a equipe Biointeração - Nego Bispo reflete sobre como a desinformação:

- Polariza a sociedade, dificultando o diálogo e o consenso em torno de questões ambientais;
- Retarda a transição para um futuro sustentável;
- Enfraquece o movimento ambiental, dividindo ativistas e dificultando a mobilização da sociedade civil, dificultando ou inviabilizando a tomada de decisões sobre questões ligadas à sustentabilidade, sobretudo nas práticas agrícolas e uso racional do solo, o que pode levar à adoção de políticas públicas inadequadas ou mesmo à inação;
- Prejudica a criação de redes de mobilização das comunidades tradicionais da região do Matopiba;
- Contribui para a circulação de notícias falsas e para a (re)produção de estereótipos e estigmas sobre povos e comunidades tradicionais.

Plano Estratégico Conexão Quilombo

Objetivo geral

Garantir que as comunidades quilombolas do Matopiba tenham acesso à informação e sejam protagonistas na produção de informação sobre sua realidade, visando mitigar a desinformação sobre elas e o deserto de notícias ao qual estão sujeitas. A comunicação é entendida como um direito básico para reprodução material e simbólica dessas comunidades.

Objetivos específicos

- Avaliar os efeitos da desinformação sobre os direitos territoriais e a sustentabilidade das comunidades quilombolas;
- Analisar as estratégias de desinformação que prejudicam as comunidades quilombolas e o movimento ambiental;
- Fomentar a produção de informações locais a partir das comunidades quilombolas da região;
- Capacitar lideranças e membros das comunidades para a produção e disseminação da informação;
- Auxiliar no combate de notícias falsas sobre a população quilombola do Matopiba.

Ações Estratégicas

Para cumprir os objetivos propostos, sugere-se algumas ações de planejamento estratégico:

1. Avaliar os efeitos da desinformação sobre os direitos territoriais e a sustentabilidade das comunidades quilombolas
2. Analisar as estratégias de desinformação que prejudicam as comunidades quilombolas e o movimento ambiental
3. Fomentar a produção de informações locais a partir das comunidades quilombolas da região
4. Capacitar lideranças e membros das comunidades para a produção e disseminação da informação
5. Auxiliar no combate de notícias falsas sobre a população quilombola do Matopiba

Prioridades estratégicas

- Criação de Núcleos de Jornalismo Comunitário
- Meios de circulação de notícias e informações comunitárias

Cronograma

Propõe-se um cronograma de 3 anos para cumprimento do planejamento estratégico - Conexão Quilombo

1º Ano

- Realizar a pesquisa inicial sobre os efeitos da desinformação.
- Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e ONGs.
- Começar o monitoramento contínuo das estratégias de desinformação.

2º Ano

- Implementar as primeiras ações de capacitação das lideranças e membros das comunidades quilombolas.
- Criar redes locais de comunicação e lançar o programa de microfinanciamento.
- Iniciar a produção de conteúdos locais e documentar a cultura e história das comunidades.

3º Ano

- Expandir e consolidar as redes de comunicação comunitária.
- Aumentar a produção de informações locais e reforçar o treinamento em verificação de fatos.
- Fortalecer as campanhas educativas e as plataformas de checagem de fatos.
- Concluir o projeto com uma avaliação de impacto e garantir a continuidade das iniciativas pelas comunidades.

Planejamento Estratégico

CONEXÃO QUILOMBO



A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO COMBATE AO DESMATAMENTO E NA GARANTIA DE DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MATOPIBA

Grupo Biointeração Nego Bispo

LideraGov 4.0

Agosto/2024



“

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica e esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia."

dos Santos, Antônio Bispo. Colonização, Quilombos modos e significados. Brasília. INCT, 2015.

SUMÁRIO

Apresentação	04
1. Definição do problema	07
2. Dados e evidências	12
3. Visão de futuro desejável	26
4. Análise das causas do problema	28
5. Mapeamento dos atores	30
6. Iniciativas existentes de proteção dos conhecimentos tradicionais	35
7. Plano Estratégico - Conexão Quilombo	39
8. Cronograma	43
Referências bibliográficas	47
Anexo I - Planejamento de comunicação	49

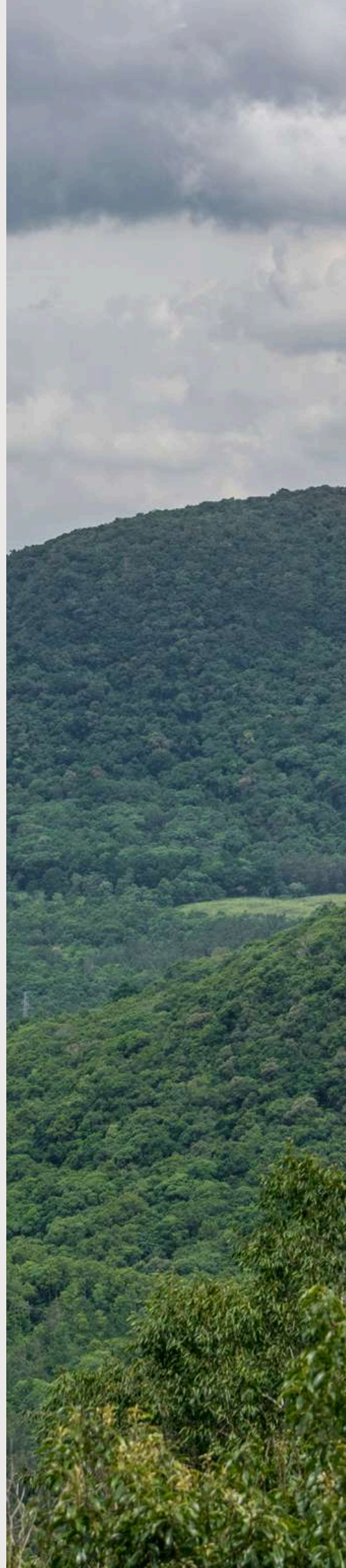
Apresentação

O presente plano estratégico foi desenvolvido com o intuito de criar ferramentas para salvaguardar os modos de vida tradicionais das populações quilombolas do Matopiba frente à expansão do agronegócio. A região do Matopiba, composta por partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, tem sido marcada pela rápida expansão do agronegócio, o que tem gerado impactos profundos para comunidades quilombolas e outros grupos, ameaçando seus modos de vida tradicionais, sua segurança alimentar e hídrica, que podem resultar em conflitos territoriais e migração forçada.

Diante desse desafio amplo e complexo, que envolve diversos atores, esse planejamento estratégico tem foco no desenvolvimento de ferramentas de comunicação e acesso à informação, entendendo informação e comunicação como essenciais no empoderamento da sociedade civil no combate ao desmatamento, promovendo a conscientização, a fiscalização e a mobilização necessária para proteger seus modos de vida e garantir um desenvolvimento sustentável.

Dedicamos especial atenção aos quilombolas, devido à sua histórica situação de vulnerabilização e marginalização. Entretanto, este plano é também um chamado à ação para todos os stakeholders, incluindo governos estaduais e locais, ONGs e a sociedade em geral, para que juntos possamos assegurar a preservação dos modos de vida tradicionais e a proteção dos direitos dessas comunidades, garantindo sua autonomia e protagonismo na tomada de decisões políticas que afetam suas vidas.

A iniciativa é um instrumento essencial de articulação política e social para a luta contra a desigualdade e a discriminação, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável.



Profissionais responsáveis pela criação do planejamento estratégico



Guilherme Fabrício

LideraGOVer, Policial Rodoviário Federal, formado em Direito com experiência em várias áreas da gestão operacional e administrativa, homem negro, periférico, pai, marido, motocilcista praticante e cervejeiro pseudopraticante.



Érica de Holanda Leite

LideraGover, atua nas Relações Internacionais do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Advogada e RP, mestre em Propriedade Intelectual e em Comunicação. Na Coordenação do Comitê de Gênero, Diversidade e Inclusão e da Comissão de Sustentabilidade e Bioeconomia. Mãe e esposa que cativa na família o bichinho viajante que tem em si. Sol, mar e dança são seus combustíveis.



Marina Ramos Caetano

LideraGover, Auditora Federal na Controladoria-Geral da União e especialista em Ciência de Dados. Além de transformar números em insights na avaliação de políticas públicas, dedica-se ao pole dance, explorando a força e a flexibilidade na arte da dança. Apaixonada por livros e doces, busca sempre equilibrar as responsabilidades profissionais com suas paixões pessoais.



Ane Silva

LideraGover, Policial Penal Federal. Jornalista, pós-graduada em Comunicação Organizacional e Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Atualmente trabalha na Secretaria de Políticas Digitais da Secom da Presidência da República. Há pouco tempo adicionou em seu currículo o título de mãe do Miguel. Amante dos esportes, dos livros e dos animais. Mineira de Paracatu.

Profissionais responsáveis pela criação do planejamento estratégico



Daiane Ciriáco

LideraGover, geógrafa, aspirante a antropóloga, e dançarina nas horas vagas (e em todas as outras). É servidora do IBGE, onde atua como assistente de projetos da Coordenação de Geografia e integra o Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais.



Márcio Lopes

LideraGover, piauiense, servidor da Casa Civil da Presidência da República, Internacionalista, pós-graduando em marketing e mestre em Ciência Política. Atua com assessoria ao processo decisório nacional, especialmente nas áreas de meio ambiente, soberania e relações institucionais. Curioso, sempre procura ir além da informação superficial. É antes de tudo um apaixonado pelo Brasil, sua diversidade e sua gastronomia.



Dalivia Bento Bulhões

LideraGover, mulher negra, mais de 20 anos de experiência na Educação, historiadora, especialista em Gestão Empresarial, mestre em ensino de Ciências e Matemática, atua no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com políticas públicas para quilombolas e povos e comunidades tradicionais. Aprecia estar com a família e uma boa leitura.



Camila Carneiro

LideraGover, Analista Técnica de Políticas Sociais (ATPS) e desde que chegou em Brasília é lotada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com ações voltadas para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Aprendeu a amar o Planalto Central, o céurrado e as cachoeiras, mas todos dias pensa no mar. Toca agbê e roda a saia como jogueira nova no cerrado.



1. Definição do problema

As comunidades quilombolas da região do Matopiba são gravemente afetadas pelos efeitos da expansão da fronteira do agronegócio, o que coloca em risco seus modos de vida tradicionais.

Contexto

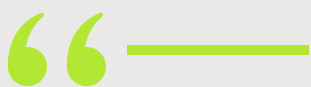
O Estado brasileiro foi forjado sob bases materiais e simbólicas coloniais. É importante lembrar que a colonização não foi interrompida com o fim da escravização. Segundo Achile Mbembe, o Estado-nação moderno é a continuidade do projeto colonial por meio da necropolítica, prática de governar através do uso da violência e do poder de decisão sobre a vida e a morte dos indivíduos e grupos. Para Mbembe, o poder não é apenas exercido pelo controle da vida (biopoder), mas também pela capacidade de determinar a morte, de expor pessoas a situações de violência extrema e de determinar quem é descartável na sociedade (MBEMBE, 2018). No Brasil, o Estado moderno se organizou em torno das chamadas plantations, lugar de disciplina, opressão e produção, onde os corpos negros eram controlados e subalternizados.

As plantations estão na origem do que hoje chamamos agronegócio, que pode ser caracterizado pelo uso intensivo do solo e de insumos químicos, sementes transgênicas, monocultura, exploração nas relações de trabalho e relações abstratas entre consumidores e produtores. Neste contexto, a natureza é vista como um recurso econômico. Essa

relação de uso exploratório visando o lucro leva ao esgotamento dos recursos naturais, à destruição de vegetação nativa, à poluição das águas, entre outros impactos que afetam negativamente a sociedade como um todo, especialmente os grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados. Neste sentido, a terra como bem privado e de valor utilitário está relacionada com a forma hegemônica como a sociedade nacional se organiza.

Tais práticas predatórias contrastam com práticas sustentáveis de povos e comunidades tradicionais, que possuem percepções de mundo distintas daquelas que visam meramente o lucro. Comunidades quilombolas são consideradas povos e comunidades tradicionais.

A Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída por meio do Decreto nº 6.040/2007, traz a definição de povos e comunidades tradicionais como:



Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto nº 6.040/2007)

A definição legal de povos e comunidades tradicionais aponta para o reconhecimento dessas populações como sujeitos de direitos que reivindicam as suas identidades específicas, com formas de organização próprias e que possuem estreita relação com o território e com os usos sustentáveis dos recursos naturais.

A referida Política ainda traz a definição de territórios tradicionais como sendo “espaços necessários à reprodução social, cultural e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (Decreto nº 6.040/2007).

A Política reconhece, assim, que terra e território, para esses grupos, representam mais do que um espaço de reprodução física. É um espaço de reprodução simbólica e de formação de identidades específicas. Ou seja, o território é espaço de reprodução da vida, materializando modos de vida particulares.

Historicamente, a literatura sobre povos e comunidades tradicionais se concentrou em mostrar a relação entre essas populações e a conservação da biodiversidade (Diegues,2000), ou ainda, as relações específicas e diferentes da chamada sociedade nacional/envolvente pela relação que possuem com a terra e com o território (Almeida, 2004 e Little,2002). Inclusive, povos e comunidades tradicionais - indígenas e quilombolas – seguidos dos extrativistas residentes em Unidades de Conservação foram reconhecidos legalmente pelo Estado brasileiro a partir da percepção que suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais são de baixo impacto ambiental e, portanto, eles foram vistos como aliados na luta pelo desenvolvimento sustentável.

É possível observar também como a gestão de territórios tradicionais – como aldeias indígenas e comunidades quilombolas – entrou na agenda do Ministério do Meio Ambiente para a discussão de Políticas e Planos de Gestão Territorial e Ambiental desses territórios. Além disso, vale destacar a participação de representantes de povos e comunidades tradicionais em instâncias que discutem mudanças climáticas, uma vez que são vistos como importantes aliados ao enfrentamento do aquecimento global. Por fim, importante citar ainda que, em 2020, foi lançado um estudo (Maretti & Simões) sobre Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs¹) e, em 2021, o quilombo Kalunga, uma das maiores comunidades tituladas do país (total de 3.602 habitantes segundo o Censo 2022 do IBGE), localizada em Goiás, foi reconhecido pela ONU como primeiro território no Brasil conservado pela comunidade. Esses são apenas alguns exemplos de como os povos e comunidades tradicionais do Brasil têm sua identidade e territórios reconhecidos a partir do momento em que são vistos como parceiros da luta ambiental.

Assim, a terra como bem comum para os povos e comunidades tradicionais permite olhar para esses territórios como contracoloniais (SANTOS, 2015), na medida em que as dinâmicas sociais dos territórios tradicionais se contrapõem à organização social dominante. Para os povos e comunidades tradicionais, a terra é entendida como uma ancestral, o que se manifesta no estabelecimento de uma relação comunitária, de respeito, de biointeração oposta à relação de propriedade, domínio e exploração com o território estabelecida pelos europeus (SANTOS, 2015).

[1] De acordo com o referido relatório, TICCAS - Territórios e áreas conservados por povos indígenas e comunidades locais e tradicionais são assim definidos devido a presença de três elementos: "(i) uma profunda e estreita conexão entre um povo indígena ou comunidade local e um território ou área; (ii) a existência de um processo de gestão ou governança que funciona; e (iii) resultados em termos de conservação da natureza, assim como de bem estar da comunidade" (pg.76).

Aqui, destacamos o conceito de biointeração de Nego Bispo, que emerge de uma visão de mundo enraizada no conhecimento tradicional e na ancestralidade, especialmente das comunidades quilombolas e indígenas. Nego Bispo utiliza o termo para descrever as relações entre os seres vivos e o ambiente de maneira holística e interconectada. A biointeração pode ser definida, então, como a interação contínua e recíproca entre os seres humanos, outros seres vivos e o ambiente, baseada em uma perspectiva de respeito, reciprocidade e harmonia. Esse conceito valoriza as trocas e as interdependências, reconhecendo que todas as formas de vida são partes integradas de um sistema maior.

O conceito de biointeração de Nego Bispo está, portanto, intrinsecamente ligado às práticas sustentáveis de produção, pois se baseia na importância de entender e respeitar as complexas interações naturais, nas quais os seres humanos estão incluídos, promovendo sistemas de produção que são benéficos para o meio ambiente, economicamente viáveis e socialmente justos. Adotar práticas que refletem esses princípios pode levar a uma agricultura sustentável e resiliente, alinhada com uma visão holística e integrada do mundo.

Na oposição entre práticas predatórias e sustentáveis de relação e manejo dos recursos naturais, podemos observar a distinção entre o que Bispo dos Santos chama de colonizadores (agronegócio) e contracolonizadores (indígenas, quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar de base agroecológica).

Apesar do reconhecimento da importância dos povos e comunidades tradicionais pela literatura, a valorização efetiva desses grupos, especialmente dos quilombolas, ainda enfrenta grandes desafios. Neste sentido, a luta pela preservação de seus modos de vida e pela proteção do meio ambiente esbarra em práticas predatórias que visam apenas o lucro. Esses povos frequentemente se encontram à margem das políticas públicas, lutando para proteger seus territórios contra a expansão agressiva do agronegócio, que possui grande poder econômico e político. Portanto, é essencial aumentar a conscientização e o apoio público para garantir que os direitos dos quilombolas sejam respeitados e que suas contribuições para a sustentabilidade ambiental sejam reconhecidas e valorizadas.

Além disso, a desinformação e a proliferação de fake news contribuem para a falta de reconhecimento e apoio por parte da população em geral. Uma das ferramentas de poder do Estado, as Estatísticas Oficiais servem para subsidiar políticas públicas, planejamento e outras medidas estratégicas. Um grupo que não é retratado pelas Estatísticas Oficiais está, portanto, invisível aos olhos do Estado e terá grandes dificuldades em exercer de maneira plena sua cidadania.

Podemos dizer, assim, que o controle de quem é representado ou excluído das estatísticas também é uma manifestação do necropoder, já que o Estado define quais grupos merecem visibilidade em detrimento de outros, que sofrem constantes apagamentos. Como salienta Mbembe (2018), o Estado pode “matar ou deixar viver” e as políticas públicas podem ser consideradas um braço dessa permissão à vida, ainda que indiretamente.

Destaca-se que os quilombolas foram incluídos nas Estatísticas Oficiais como um grupo diferenciado apenas no último censo demográfico do país, realizado em 2022. A partir dos dados do censo e de outros órgãos responsáveis pela questão quilombola, é possível elaborar políticas voltadas especificamente a esse grupo. O censo também cumpre papel importante na difusão de uma ideia de país, por isso é essencial que a diversidade seja representada de forma digna, sem a reprodução de estereótipos.

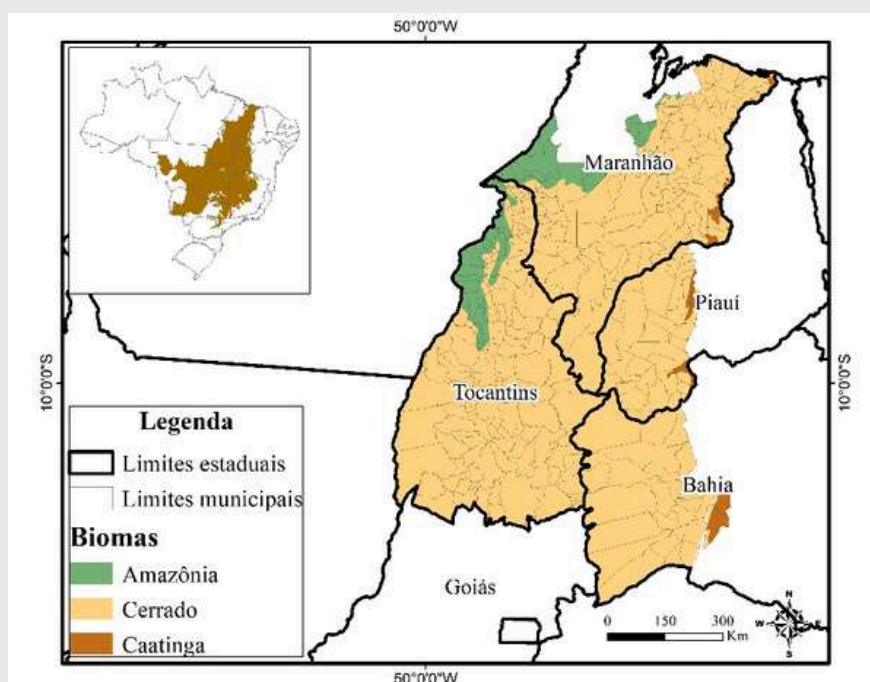
Assim como as Estatísticas Oficiais, a produção de informações é um campo de disputas políticas e narrativas, e contribui para a difusão de um imaginário de país. O controle estratégico e ético dos meios de comunicação pode ser uma ferramenta poderosa para criar e disseminar narrativas positivas sobre os quilombolas do Matopiba, ao amplificar suas vozes e histórias, produzir conteúdos educativos que esclareçam sua história e direitos, e desafiar estereótipos negativos. Isso também inclui garantir representatividade justa, promover parcerias com ONGs e movimentos sociais, apoiar políticas públicas que beneficiem essas comunidades, e criar plataformas de comunicação geridas pelos próprios quilombolas, permitindo-lhes contar suas histórias de maneira autêntica.

O item a seguir apresenta dados e evidências sobre a vulnerabilidade dos quilombolas da região do Matopiba frente à expansão do agronegócio e os desafios relacionados à comunicação e produção de informação na região.

2. Dados e evidências

A região do Matopiba, sigla que surge da junção da primeira sílaba dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é formada por municípios dessas quatro Unidades da Federação, conforme Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015.

Mapa 1 - O Matopiba

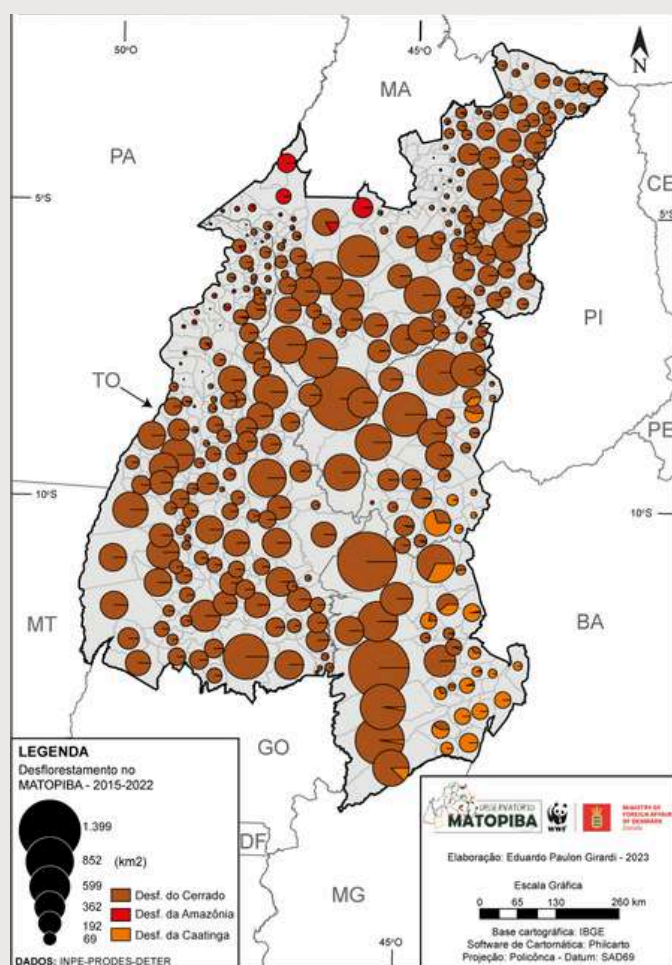


Fonte: GARCIA e VIEIRA FILHO, 2018.

O Matopiba compreende 31 microrregiões e 337 municípios, com uma área total de 73,1 milhões de hectares, correspondendo a 51% da extensão dos quatro estados envolvidos, Tocantins detém 37,95% dessa área, seguido pelo Maranhão com 32,77%, a Bahia com 18,06% e o Piauí com 11,21%. A região é predominantemente coberta pelo bioma Cerrado, que ocupa 90,94% da área total, enquanto a Amazônia cobre 7,27% e a Caatinga, 1,64%.

Estudos indicam que o Matopiba concentra a maior parte do desmatamento do bioma Cerrado. Entre janeiro e julho de 2023, 85% do desmatamento do bioma aconteceu nesta região, segundo análise do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), impulsionado pela agricultura de larga escala voltada para a exportação. Segundo a pesquisadora do Observatório do Matopiba Patrícia da Silva², o Cerrado tem sido considerado por estudiosos como uma zona de "sacrifício", onde o desmatamento é permitido em nome da preservação da Amazônia e do crescimento do agronegócio.

Mapa 2 - Desflorestamento - MATOPIBA - 2015-2022



Fonte: Mini-Atlas: da Questão Agrária do Matopiba [recurso eletrônico] / Eduardo Paulon Girardi e Anderson Antonio da Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

[2] Olhar voltado para a Amazônia ameaça sobrevivência do Cerrado : <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/olhar-voltado-para-amazonia-negligencia-desmatamento-no-cerrado>

Neste contexto, o desmatamento desenfreado do Cerrado, que é o berço das águas do Brasil, tem levado à diminuição das nascentes e à redução da vazão dos rios. Agricultores locais, como Adão Batista Gomes, de 61 anos, que viveu toda a vida na zona rural do município Formosa do Rio Preto, no oeste baiano, contou para reportagem da Agência Brasil³ que "uns anos atrás, o rio aqui da gente só ia baixar bastante no final de agosto para setembro. Hoje não. Parou a chuva, com oito dias ele [nível do rio] já tá lá embaixo porque não tem mais quem sustenta as águas. Os brejos já diminuíram a vazão porque o Cerrado foi desmatado nas cabeceiras, não tem mais Cerrado."

A mesma reportagem destacou o depoimento do agricultor Jamilton Santos de Magalhães, de 40 anos, conhecido como Carreirinha, líder comunitário em Correntina, também no oeste do estado, que contou que a morte de nascentes na região se tornou frequente a partir da década de 1990: "Começou o desmatamento, dois ou três anos depois começa o secamento das nascentes. Tem famílias que têm mais de 200 anos morando nesse território. Não tinha morte frequente de nascente antes".

Considerado o berço das águas do Brasil, o Cerrado é a origem das nascentes de oito das doze bacias hidrográficas mais importantes do país. Além disso, é o segundo maior reservatório subterrâneo de água do mundo, formado pelos aquíferos Guarani e Urucuia. O Cerrado fornece cerca de 70% da água do Rio São Francisco e 47% da água do Rio Paraná, que abastece a hidrelétrica de Itaipu. Suas águas são vitais não apenas para o Brasil, mas também para países como Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

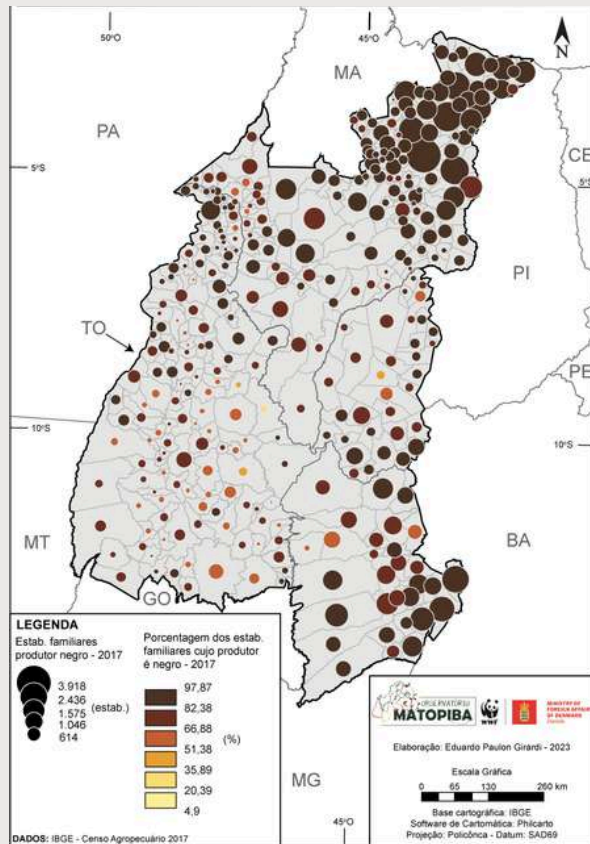
Um estudo publicado pela revista científica Sustainability destacou os riscos que o desmatamento do Cerrado pode causar para a segurança hídrica e energética. As longas raízes das árvores típicas do Cerrado, que podem alcançar até 15 metros de profundidade, são responsáveis por infiltrar a água das chuvas profundamente no solo, liberando-a durante o período seco. No entanto, o desmatamento interfere nessa dinâmica, resultando em escassez hídrica e erosão. O consumo intensivo de água para irrigação agrícola durante a seca agrava ainda mais a situação. Entre 1985 e 2022, as bacias hidrográficas do Cerrado perderam em média 15,4% da vazão dos rios, com a previsão de uma redução de até 34% até 2050, mesmo com a diminuição do desmatamento.

[3] Desmatamento do Cerrado ameaça segurança hídrica de todo o Brasil: ____: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/olhar-voltado-para-amazonia-negligencia-desmatamento-no-cerrado>

Nas áreas onde o uso da água para irrigação em larga escala é intenso, as populações locais têm denunciado a redução das vazões dos rios. Por exemplo, no município de Correntina, na Bahia, em 2017, milhares de moradores protestaram nas ruas contra o uso excessivo de água pelo agronegócio. Em 2018, quando a situação se agravou, os moradores tentaram impedir a instalação de dragas nos rios, realizadas por fazendeiros.

Entende-se que são os povos e comunidades tradicionais que enfrentam os danos mais imediatos do desmatamento, da contaminação das águas por agrotóxicos e da redução da vazão dos rios que têm afetado a savana brasileira. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, 73,86% dos estabelecimentos agropecuários do Matopiba eram dirigidos por produtores pretos ou pardos, percentual acima do resultado nacional, em que os estabelecimentos dirigidos por produtores pretos e pardos somavam 52,83% no mesmo ano. Em 2022, 77,84% da população residente do Matopiba era formada por pessoas pretas ou pardas, frente a 55,51% de pretos ou pardos na população total do país.

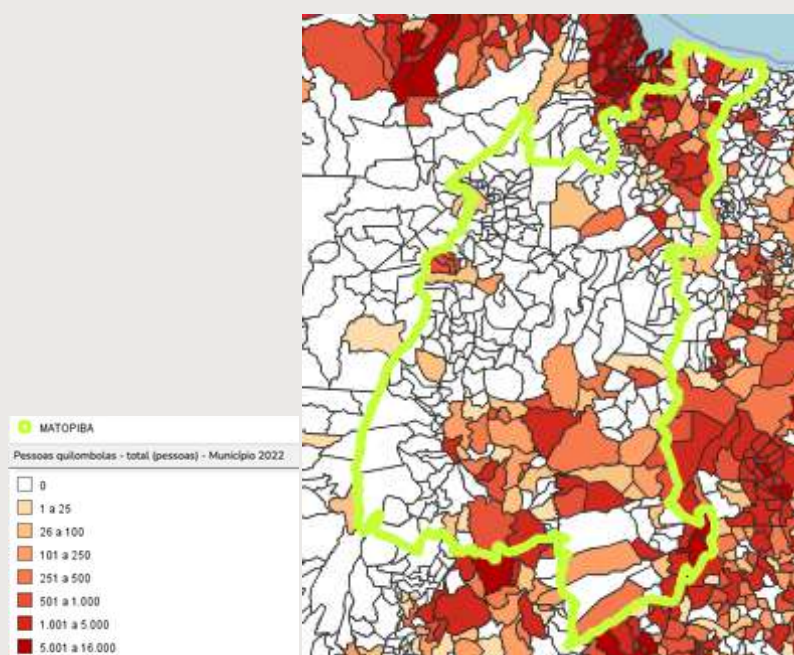
Mapa 3 - Estabelecimentos agropecuários com produtores pretos e pardos - Matopiba - 2017



Fonte: Mini-Atlas: da Questão Agrária do Matopiba [recurso eletrônico] / Eduardo Paulon Girardi e Anderson Antonio da Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

Além disso, a região ainda apresentava, segundo o Censo Demográfico 2022, 97.624 pessoas quilombolas (7,33% dos quilombolas do país), distribuídas em 829 localidades quilombolas⁴, conforme mapa a seguir:

Mapa 4 - Pessoas quilombolas - Matopiba - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

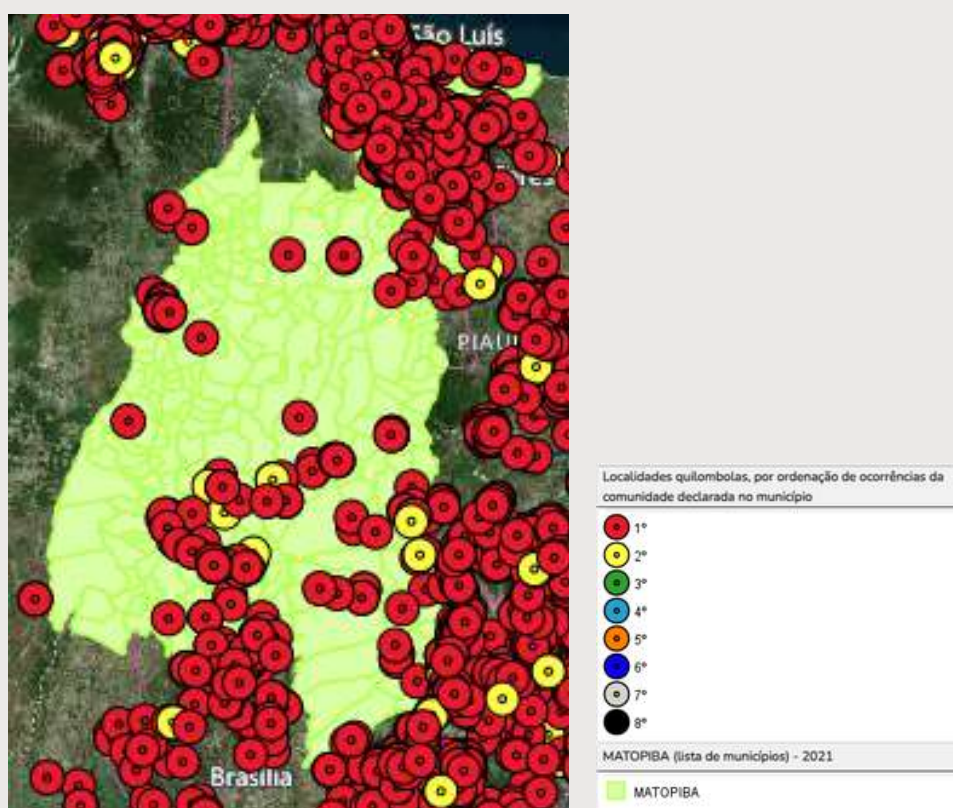
Segundo o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, remanescentes das comunidades dos quilombos são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Esses grupos ocupam e usam, de forma permanente ou temporária, territórios tradicionais e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. De acordo com o artigo 68/ADCT/CF1988: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

[4] No Censo Demográfico 2022, foram levantadas, a partir da declaração dos informantes, 8.441 localidades quilombolas, associadas a 7.666 comunidades declaradas no Censo. Mais informações em: www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=406678t=resultados. Acesso em julho de 2024.

A identificação de uma pessoa como quilombola é autodeclaratória, seguindo os mesmos princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (para povos indígenas e tribais), que afirmam que “a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos”. Importante destacar que o Estado Brasileiro não tem a atribuição de reconhecer quem é ou não quilombola, devendo ser respeitada a autodeclaração identitária, bem como o reconhecimento pelos pares dessa identidade. O mapa a seguir destaca as localidades quilombolas na região.

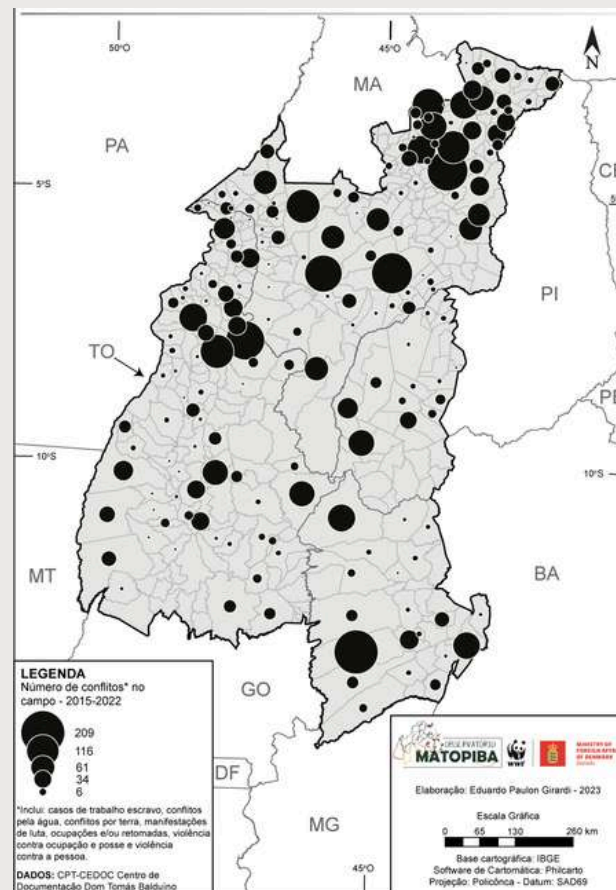
Mapa 5 - Localidades quilombolas - Matopiba - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Além disso, dados recentes revelam um padrão preocupante de violência contra lideranças e membros das comunidades quilombolas e outros povos tradicionais, conforme mapa a seguir. Estes atos de violência são frequentemente motivados por disputas territoriais, conflitos por água, casos de trabalho análogos à escravidão, entre outros motivos.

Mapa 6 - Conflitos no campo - Matopiba - 2015-2022



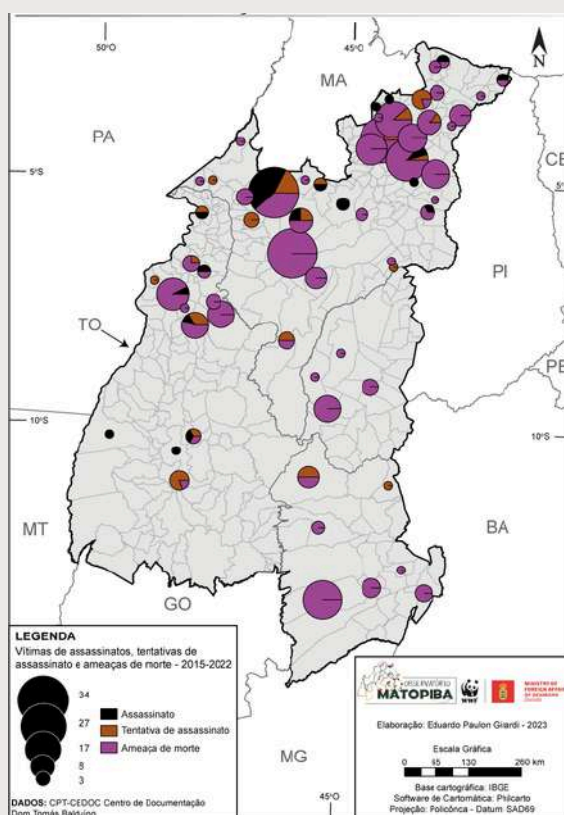
Fonte: Mini-Atlas: da Questão Agrária do Matopiba [recurso eletrônico] / Eduardo Paulon Girardi e Anderson Antonio da Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

Isabel Figueiredo, coordenadora do Programa Cerrado e Caatinga do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), reforçou em entrevista à Agência Brasil⁵ que a expansão do agronegócio na região se dá de forma irregular, sem respeitar os territórios tradicionais. Ela denuncia que fraudes no sistema cartorial e a violência promovida por milícias rurais têm levado ao deslocamento forçado de comunidades tradicionais, gerando medo e insegurança e, em muitos casos, resultando na dissolução dessas comunidades.

[5] Povos tradicionais resistem à expansão da agricultura no Cerrado: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/dia-do-cerrado-povos-resistem-contras-expansao-do-desmatamento>

O Mapa 7 apresenta outra análise geoespacial dos incidentes de violência extrema, incluindo assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte, ocorridos na região do Matopiba entre os anos de 2015 e 2022.

Mapa 7 - Assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte - Matopiba - 2015-2022



Fonte: Mini-Atlas: da Questão Agrária do Matopiba [recurso eletrônico] / Eduardo Paulon Girardi e Anderson Antonio da Silva. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

A violência tem um efeito devastador sobre as comunidades afetadas. Além da perda de vidas e do trauma psicológico, esses atos de violência resultam na desintegração social, deslocamento forçado e uma profunda sensação de insegurança. As lideranças comunitárias, em particular, enfrentam uma pressão intensa, dificultando a continuidade de suas lutas por direitos territoriais e justiça social.

Os dados apresentados sublinham a necessidade de um plano estratégico que promova um ambiente seguro e sustentável onde os direitos e modos de vida quilombola possam ser respeitados e preservados. É fundamental que ações sejam implementadas para garantir o acesso à informação, promover a participação ativa das comunidades e reforçar a segurança dos defensores dos direitos humanos na região do Matopiba.

Fundamentação Estratégica

O Princípio 10 da Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO-92, afirma que:

“

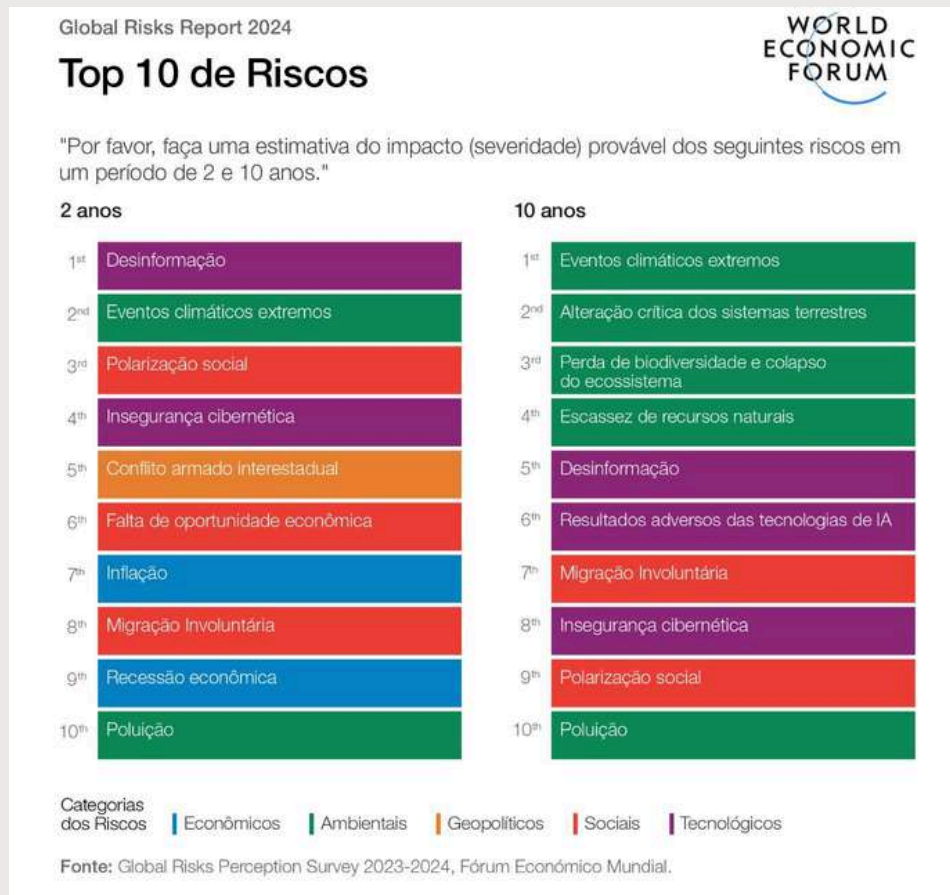
A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos (ONU – Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta; 1992).

Nas situações de eventos extremos, os territórios dos povos e comunidades tradicionais estão entre os mais afetados. Se de um lado possuem conhecimentos tradicionais, sistemas alimentares, práticas agrícolas e de manejo da biodiversidade relevantes para o enfrentamento das mudanças climáticas, por outro, são mais impactados devido ao racismo ambiental e às injustiças climáticas.

Aqui, a desinformação climática refere-se à disseminação de informações falsas ou enganosas sobre a ciência do clima, as causas e os impactos das mudanças climáticas. Essa desinformação pode ser propagada por diversas fontes, incluindo políticos, empresas e tem se acentuado por meio das mídias sociais. Tendo como principais fatores os interesses econômicos e políticos de quem divulga as informações.

De acordo com a pesquisa Global Risks 2024, divulgada pelo Fórum Econômico Mundial, a desinformação está no topo dos riscos globais, à medida que as ameaças climáticas se intensificam. Segundo os dados, a desinformação e a informação falsa são os maiores riscos a curto prazo, já os fenômenos climáticos extremos e as alterações críticas nos sistemas terrestres constituem as maiores preocupações a longo prazo:

Figura 1 - Top 10 de riscos



Fonte: Global Risks – Fórum Econômico Mundial

Neste trabalho também queremos abordar os obstáculos provocados pela desinformação na implementação de políticas públicas. Como, por exemplo, uma população mal-informada sobre as mudanças climáticas pode ter menos apoio para políticas públicas necessárias devido à pressão política que acontece a partir de mensagens falsas de políticos e grupos de interesse que se opõem às políticas ambientais. Além disso, a resistência política e social e a falta de compreensão pública podem ocasionar menos financiamento para iniciativas climáticas, pois os recursos podem ser direcionados a outras áreas consideradas mais urgentes ou populares.

Segundo o Observatório Sistema Fiep, que realizou a publicação “Desinformação climática ameaça o futuro do planeta – conteúdo enganoso distorce dados científica e minam a confiança na ciência climática”, os discursos desinformativos sobre questões climáticas estão baseados nos seis pontos abaixo:

Figura 2 - Ecossistema da desinformação



Fonte: Observatório Fiep - Painel de indicadores de Mudanças Climáticas Curitiba

A falta de informação qualificada nos territórios mais afetados por problemas climáticos pode agravar as consequências da desinformação. Isso se dá também quando não há jornalismo local de interesse público. Como exemplo, o relatório “Ecossistema da Desinformação Socioambiental no Brasil”, produzido pelo NetLab da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mostrou que 60% dos veículos locais da Amazônia Legal favorecem partidos e políticos locais. Assim, políticos e lideranças locais da Amazônia Legal se aproveitam das estruturas frágeis do jornalismo local para promover seus interesses e sua agenda, e o mesmo ocorre em outras regiões. A pesquisa mapeou narrativas e estratégias de desinformação que contribuíram para a deslegitimação dos movimentos sociais, ataques aos defensores socioambientais e a violência contra povos originários no Brasil.

De acordo com o site Climainfo, a questão dos interesses econômicos e políticos por trás da desinformação climática estão no radar de pesquisadores sobre o tema:

“

O painel de cientistas climáticos das Nações Unidas indicou, pela primeira vez, o papel da desinformação no atraso das ações em um relatório sobre impactos, adaptação e vulnerabilidade publicado em fevereiro.

O relatório criticou os “interesses econômicos e políticos velados” que têm “gerado retórica e informações enganosas que sabota as ciências climáticas e ignora riscos e urgência”. Isto está causando uma “representação fraudulenta ao público” sobre os riscos e está polarizando o apoio público para as ações, como foi observado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O relatório ainda explica que o apoio do público está sendo ainda mais enfraquecido pela tendência de algumas mídias a amplificar mensagens que não são embasadas pela ciência. O estudo adverte que não se deve dar o mesmo peso a cientistas climáticos e negacionistas nas coberturas. (CLIMAINFO, 2022)

Ainda segundo o relatório do NetLab UFRJ, para que seja bem-sucedida a transmissão de desinformação, há uma infraestrutura de comunicação multiplataformas que inclui a produção de conteúdo, a repetição de mensagens e diferentes meios de comunicação, conforme figura abaixo:

Figura 3 - Orquestração da desinformação

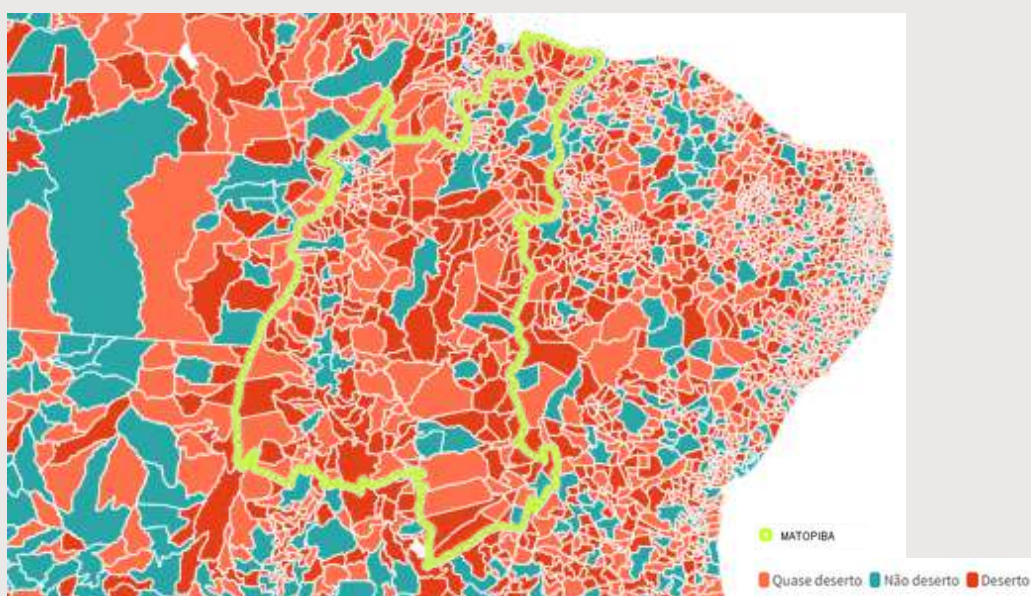


Fonte: Ecossistema da desinformação socioambiental no Brasil – Netlab UFRJ

Em se tratando de povos vulnerabilizados e comunidades tradicionais, esse problema se agrava em virtude da menor quantidade de fontes de informações que essas populações têm acesso, por estarem localizadas, muitas vezes, em áreas denominadas deserto de notícias. O termo é usado para descrever áreas geográficas onde há pouca ou nenhuma cobertura jornalística local. Nessas regiões, os residentes têm acesso limitado a informações de qualidade sobre acontecimentos locais e globais, incluindo questões climáticas, por motivos como falta de infraestrutura, falta de interesse ou costume local ou até mesmo por questões políticas.

Segundo Levantamento do Atlas da Notícia, de 2024, quase metade dos municípios brasileiros fazem parte de regiões com deserto de notícia, e a maior parte dos municípios do Matopiba encontram-se nessas condições:

Mapa 8 - Deserto de notícias - Matopiba - 2024



Fonte: Agência Mural, 2024.

Os impactos do deserto de notícias para os povos vulnerabilizados e comunidades tradicionais em relação ao clima podem ser:

- A ausência de informações locais sobre eventos climáticos específicos e seus impactos não são adequadamente reportados, dificultando a conscientização sobre a crise climática;
- A dependência de fontes externas e muitas vezes não confiáveis fazem com que a população fique mais vulnerável à desinformação, o que abre margem também para manipulação de políticos, empresários e lideranças má-intencionadas e criam um vácuo que pode ser preenchido por informações falsas ou enganosas sobre mudanças climáticas;

- A dependência de veículos de comunicação e/ou plataformas online podem se tornar as principais fontes de informação;
- A redução da conscientização e o engajamento das comunidades em iniciativas e políticas ambientais;
- A dificuldade de se implementar políticas públicas caso os discursos desinformativos sejam implementados de forma politizada.

Além disso, a amplitude dos problemas climáticos junto a falta de informações que podem ajudar a evitá-los ou mitigar danos, pode prejudicar também descrédito no conhecimento tradicional, essencial para a gestão sustentável dos recursos naturais e perda de práticas culturais, dos modos de vida sustentáveis e, conseqüentemente, a ampliação da degradação ambiental, pela possível ampliação de práticas ecologicamente insustentáveis.

Como exemplo recente, ainda segundo o relatório “Ecossistema da desinformação socioambiental no Brasil”, a circulação de desinformação sobre questões indígenas têm prejudicado a luta por políticas públicas para as populações tradicionais no país:

“

A disseminação de dados falaciosos foi crucial para o agravamento da crise humanitária ianômami. A campanha intensa também de defesa do Marco Temporal se caracteriza por discursos ruralistas que ignoram os direitos dos povos originários e a preservação ambiental (NETLAB, 2023)

Assim, a desinformação climática agrava a vulnerabilidade dos povos e comunidades tradicionais ao minar seu conhecimento, aumentar a degradação ambiental e excluí-los das políticas públicas. Combater a desinformação através da educação, do fortalecimento da comunicação local e da inclusão dessas comunidades em políticas públicas é essencial para protegê-las e promover a sustentabilidade.

Portanto, o plano que descrevemos tem o objetivo de ser um instrumento de luta contra a desigualdade e a discriminação, garantindo os direitos de todas as pessoas a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável. Especial atenção é dedicada aos povos quilombolas, devido à sua situação de vulnerabilidade, visando assegurar seus direitos e modos de vida tradicionais. O intuito é garantir o direito dessas pessoas a ter acesso à informação de maneira oportuna e adequada e a participar de maneira significativa nas decisões que afetam suas vidas e seu ambiente.



3. Visão de futuro desejável

Nossa visão de futuro é de um Cerrado plenamente reconhecido como berço das águas e da diversidade natural e social do Brasil. Imaginamos um Cerrado onde suas funções ecológicas são respeitadas e preservadas, bem como as práticas das comunidades tradicionais que ali habitam.

Neste futuro desejável, o Cerrado será amplamente valorizado por sua contribuição à regulação hídrica nacional, sendo a origem de nascentes que abastecem as principais bacias hidrográficas do país. A consciência pública e política sobre a importância do Cerrado para a segurança hídrica e energética será profundamente enraizada, orientando políticas e ações de conservação eficazes.

As comunidades quilombolas, por sua vez, serão reconhecidas e valorizadas como guardiãs do Cerrado. Seus modos de vida tradicionais, que incorporam práticas sustentáveis de manejo e uso dos recursos naturais, serão vistos como exemplos a serem seguidos e promovidos. Essas comunidades terão garantidos seus direitos territoriais e seus conhecimentos ancestrais serão integrados às estratégias de conservação e de uso sustentável do Cerrado.

O reconhecimento oficial e a valorização das comunidades quilombolas incluirão a implementação de políticas públicas que assegurem sua participação ativa nos processos decisórios sobre a gestão ambiental e territorial.

Essas comunidades serão protagonistas na defesa do Cerrado, com apoio institucional para fortalecer suas capacidades de resistência e adaptação frente às ameaças externas, especialmente a expansão descontrolada do agronegócio.

Imaginamos um futuro onde o Cerrado e suas comunidades tradicionais estejam integrados em um modelo de desenvolvimento que equilibre crescimento econômico com preservação ambiental, garantindo o direito à vida e os modos de vida das comunidades tradicionais. As práticas agrícolas no Cerrado serão adaptadas para respeitar e proteger o bioma, com ênfase em técnicas sustentáveis que não comprometam a biodiversidade ou os recursos hídricos. A governança ambiental será robusta e transparente, com monitoramento eficaz e incentivos para a conservação e a recuperação de áreas degradadas.

Neste cenário, o Cerrado será um símbolo de harmonia entre a natureza e a sociedade, onde a conservação da biodiversidade e a proteção dos direitos das comunidades quilombolas caminham lado a lado, garantindo um legado de sustentabilidade e respeito para as futuras gerações.



4. Análise das causas do problema

Identificação das causas

As comunidades quilombolas da região do Matopiba enfrentam vulnerabilidade crescente devido a uma série de causas interligadas. A expansão agrícola intensiva na região, caracterizada pelo desmatamento, tem tido impactos diretos e devastadores sobre essas comunidades, que dependem dos recursos naturais do Cerrado para sua reprodução material e simbólica.

O modelo de produção agrícola adotado na região resulta na perda significativa de biodiversidade e na degradação ambiental, o que interfere na capacidade do Cerrado de regular o ciclo hidrológico. Essa interferência causa crises hídricas que afetam gravemente a vida das comunidades quilombolas, resultando em escassez de água, poluição das águas e insegurança alimentar. A falta de água e a baixa produção de alimentos para consumo interno culminam na migração forçada e em conflitos por terras e recursos naturais.

Apesar do crescente desmatamento, há uma notável falta de incentivos e regulamentações eficazes para proteger o Cerrado e promover práticas agrícolas sustentáveis. As autorizações de desmatamento muitas vezes apresentam irregularidades, e a fiscalização é insuficiente. A ausência ou falta de acesso a políticas públicas eficazes agrava a situação, ameaçando a sustentabilidade das comunidades quilombolas e, conseqüentemente, a preservação de suas práticas culturais.

A situação de vulnerabilidade dessas comunidades é agravada pelas pressões econômicas e pela marginalização política. Os quilombolas enfrentam discriminação étnico-racial e exclusão social, o que dificulta ainda mais sua capacidade de resistir à expansão agrícola e de proteger seus territórios.

Além disso, o acesso limitado às informações íntegras e a proliferação de desinformação dificultam a visibilidade e o apoio às comunidades quilombolas. A falta de informações adequadas impede que essas comunidades se defendam efetivamente e promovam a proteção de seus territórios. Portanto, é fundamental desenvolver estratégias eficazes para enfrentar a desinformação e garantir que as comunidades quilombolas tenham acesso a informações que possam ajudar na defesa de seus direitos e na preservação de seus modos de vida tradicionais.

Em resumo, as principais causas da vulnerabilidade das comunidades quilombolas no Matopiba incluem a expansão agrícola intensiva, a degradação ambiental, a falta de regulamentações e políticas públicas eficazes, a marginalização social e política, a disseminação de notícias falsas e a desinformação. Abordar essas causas é essencial para garantir a proteção e a sustentabilidade dos territórios quilombolas e para promover a justiça social e ambiental na região.

Análise SWOT





5. Mapeamento dos atores

A problemática dos efeitos do agronegócio no modo de vida das populações quilombolas do Matopiba é influenciada por uma série de atores públicos e privados. Identificam-se os seguintes atores como principais para a questão:

Comunidades quilombolas – As comunidades são o público da política pública formulada neste Planejamento Estratégico, possuindo papel central na questão. Estão vulneráveis a perda de recursos ambientais caros ao modo de vida tradicional que desenvolvem, em especial o acesso a água e a biodiversidade de plantas e animais, insumos de diversos conhecimentos tradicionais com impacto na nutrição, tratamento de saúde e cultura local. Nas comunidades quilombolas, as lideranças são os principais atores a serem mapeados pela política pública. Elas possuem a legitimidade para representar suas comunidades e serão importantes aliadas para ouvir as demandas das populações quilombolas, bem como facilitadores para a implementação da política pública.

Municípios próximos - As populações nos arredores de comunidades quilombolas também são stakeholders estratégicos para o funcionamento desta política pública. Boa parte enxerga na expansão do agronegócio a possibilidade de desenvolvimento econômico para sua região, desconsiderando os seus possíveis efeitos deletérios; em paralelo, o histórico racista da sociedade brasileira leva a que muitas pessoas de outros núcleos urbanos tenham uma visão negativa e preconceituosa sobre a população quilombola.

Governos Estaduais - Assim como as prefeituras, os governos estaduais são importantes atores para a implementação de políticas públicas caras aos objetivos deste plano, em especial quanto à segurança pública, meio ambiente e regularização fundiária. Por se tratar de um número menor de atores, os 4 estados representados, é possível desenvolver uma comunicação mais estreita entre os representantes estaduais, buscando aprimorar a política pública às realidades regionais.

Grandes agricultores - As terras planas do Cerrado do Matopiba atraem grandes agricultores que buscam implementar a mecanização em uma região de produção mais tradicional, buscando a produção de commodities para a exportação. Esses agricultores não são, em geral, nativos da região e trazem consigo costumes e modos de produção de outras regiões do país, muitas vezes não adaptadas à conservação dos recursos ambientais e da biodiversidade local. Esses produtores possuem alto poder econômico e grande influência política, podendo representar um obstáculo para a implementação deste projeto. No entanto, o Brasil é pressionado internacionalmente para preservar o meio ambiente e é alvo de vedações e ameaças de sanções econômicas, especialmente quando a produção é originária da Amazônia, mas essas retaliações podem ser expandidas para outros biomas nacionais. Dessa forma, é necessário criar mecanismos de diálogo e acompanhamento junto a essa categoria para prevenir conflitos e evitar sanções internacionais.

Pequenos agricultores - Há também pequenos agricultores não quilombolas que possuem modos de produção tradicionais, mais próximos ao equilíbrio do meio ambiente local, mas que são instigados a vender suas terras por preços baixos a grandes produtores de fora da região. O fortalecimento desses pequenos produtores pode ser uma alternativa de manutenção de um ciclo econômico positivo para a região sem representar uma ameaça maior ao meio ambiente, especialmente se incentivados cultivos que possam ser realizados com a conservação da mata nativa.

Produtores de informação para grande mídia e redes sociais - Os produtores de informação são importantes atores políticos porque têm o poder de moldar narrativas, influenciar opiniões públicas e, conseqüentemente, impactar decisões políticas. Ao selecionar e divulgar determinadas informações, eles podem amplificar vozes, destacar questões cruciais, e expor injustiças, contribuindo para a formação de agendas políticas e sociais. Além disso, em contextos de desinformação, os produtores de informação atuam como defensores da verdade, combatendo fake news e promovendo o debate democrático, o que é essencial para a manutenção de sociedades justas e informadas.

Atores do Governo Federal

O Governo Federal, responsável pela formulação e coordenação deste plano estratégico, também possui segmentação particular, fundamental para o desenvolvimento de uma governança harmoniosa para esta política pública. Foram identificados os seguintes Ministérios como diretamente envolvidos nesse projeto:

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) - Os danos ambientais presentes nessa região e que estão associados ao agronegócio tem no MMA um ator fundamental, a partir de estruturas de monitoramento do impacto das mudanças climáticas, desenvolvimento de alternativas de resiliência climática e fiscalização e intervenção em desmatamentos e outros crimes ambientais. O papel do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são cruciais.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastacimento (MAPA) é responsável pelo fomento e regulamentação da atividade agropecuária. Há atualmente estruturas de incentivo à expansão do agronegócio no Matopiba, com apoio do Ministério, mas que não são ponderadas pelos impactos em populações quilombolas. Para além disso, durante conflitos o Ministério poderá atuar na mediação junto aos representantes do setor produtivo.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) tem diversos Programas e ações de incentivo aos agricultores familiares, e, assim como o MAPA, também pode apoiar na mediação de conflitos junto a representantes dessa categoria; outras funções próprias do MDA incluem a de promover a inclusão produtiva e a segurança alimentar das comunidades quilombolas e apoio à regularização fundiária, com importante contribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) é responsável pela interlocução com as comunidades quilombolas e pelo estabelecimento de mecanismos de consulta e monitoramento sobre o acesso a serviços públicos, além da articulação com os demais órgãos federais para garantir políticas públicas para os quilombolas, especialmente por meio do Programa Aquilomba Brasil e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombolas (PNGTAQ).

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) poderá auxiliar no diálogo junto aos CRAS dos municípios para realizar a atualização cadastral das famílias no CadÚnico, bem como orientar sobre o atendimento e acolhimento das famílias quilombolas nos CRAS, ademais tem a responsabilidade de levar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional adequadas às realidades das comunidades quilombolas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) deve acompanhar e monitorar a situação, apoiar na segurança das equipes interministeriais em campo e garantir a proteção de lideranças ameaçadas. Também é responsável pela investigação de crimes violentos e ameaças às comunidades quilombolas; e pela articulação com polícias locais.

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) gere programas de proteção às lideranças e deve monitorar denúncias de descumprimento de Direitos Humanos.

A Advocacia Geral da União (AGU) tem o papel de acompanhar os processos judiciais movidos pelas partes interessadas, para coordenar resposta conjunta do Governo Federal. Também cabe a ele conduzir a mediação e acordos extrajudiciais.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) coordena a comunicação na atuação do Governo Federal no Matopiba; e poderá realizar a articulação com a imprensa local e coordenar o enfrentamento à desinformação e apoio na criação dos núcleos comunitários de jornalismo.

O Ministério da Comunicação (Mcom) poderá desenvolver e executar políticas públicas de comunicações, inclusive via rádio, e inclusão digital das comunidades quilombolas.

O Ministério da Saúde (MS) deverá ser responsável pelo monitoramento da contaminação por agrotóxicos, junto com o MAPA e da vigilância em saúde relativo aos efeitos da expansão agrícola, como escassez e contaminação do ar e da água, redução da diversidade de fauna e flora, que afetam a variedade nutricional, bem como promoverá ações preventivas e prioritárias voltadas à saúde das pessoas quilombolas.

O Ministério da Cultura (MinC), especialmente por meio da Fundação Palmares, tem o papel de desenvolver mecanismos de proteção dos conhecimentos tradicionais e da cultura dos territórios quilombolas.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) pode fomentar a proteção de propriedade intelectual com mentorias especializadas do INPI nas comunidades quilombolas.

Cabe à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República realizar a articulação com governos locais e parlamentares da região.

E à Secretaria de Articulação de Monitoramento da Casa Civil coordenar o monitoramento dos conflitos e intervenção caso ocorram crises.

Os Bancos públicos que atuam no fomento ao crédito rural, como o Banco do Brasil, o BNDES e o Banco do Nordeste, podem ter mecanismos de vedação de crédito a produtores rurais responsáveis por ameaças às comunidades quilombolas. Em paralelo, elaborar editais de apoio às comunidades quilombolas, a partir dos seus conhecimentos tradicionais.

Embora o Mapa de Atores tenha amplitude relevante, é necessário delimitar uma estrutura permanente de governança com estes entes atingidos, em forma de comitê para que a centralização das decisões imponha velocidade e efetividade.

Comitê Interministerial de governança para Enfrentamento à Vulnerabilidade das Comunidades Quilombolas da Região do Matopiba

Este planejamento propõe a criação do Comitê Interministerial de governança para Enfrentamento à Vulnerabilidade das Comunidades Quilombolas da Região do Matopiba, que atuará com o objetivo de promover a proteção dos territórios quilombolas, assegurando a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica dessas áreas, e o acesso das comunidades quilombolas à informação, bem como a produção de informação por parte dessas comunidades. Para isso atuará com as premissas:

- Acompanhar as ações realizadas pelas equipes técnicas de cada ministérios;
- Monitorar ações e propor melhorias durante o processo;
- Coordenar e articular a comunicação entre as comunidades quilombolas, agências governamentais e outras partes interessadas para garantir a implementação eficaz das políticas ambientais;
- Envolver a comunidade para apoiar a participação ativa das pessoas nas decisões, fortalecendo sua autonomia e integrando seus conhecimentos tradicionais no processo de governança.
- Avaliar medidas adotadas;
- Prestar contas mensalmente por meio de relatórios periódicos que serão disponibilizados no site do Comitê;

Os representantes de órgãos com atuação direta no planejamento:

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM -PR)
- Ministério das Comunicações (Mcom)
- Ministério da Igualdade Racial (MIR)

O Comitê Interministerial de governança para Enfrentamento à Vulnerabilidade das Comunidades Quilombolas da Região do Matopiba será instituído por Decreto Presidencial. Após ser instituído, cada Ministério deve indicar um representante e um suplente para criação de Portaria Interministerial para composição do Comitê.



6. Iniciativas existentes de proteção dos conhecimentos tradicionais

Algumas políticas existentes de valorização de conhecimentos quilombolas com potencial de implementação no Matopiba por meio da certificação e da Propriedade Intelectual (PI)

O conhecimento tradicional quilombola está diretamente conectado à Propriedade Intelectual, a qual refere-se a idealizações da mente e está relacionada ao reconhecimento de direitos sobre processos e produtos de criações intelectuais nas mais diversas áreas do conhecimento – artes, literatura, ciência e tecnologia -, permitindo atribuir a autoria desse ativo a uma pessoa ou grupo de pessoas, para que essas usufruam de todos os benefícios materiais e imateriais que possam advir dessa obra, evitando o uso indevido ou não autorizado e preservando a memória desse saber. No caso de conhecimentos tradicionais quilombolas, esses podem ser materializados e protegidos por diversos ativos de PI.

No caso de focarmos em um ativo de PI regionalizado, pode-se destacar a importância da Indicação Geográfica (IG), que identifica a origem de um produto ou serviço que tem qualidades específicas devido à sua origem geográfica ou que tem origem em um local conhecido por aquele produto ou serviço. Ela cria um vínculo necessário entre a forma de produção local e a região em que se origina, incluindo seus produtores. A proteção concedida por uma IG, além de preservar as tradições locais, pode diferenciar produtos e serviços, melhorar o acesso ao mercado e promover o desenvolvimento regional, gerando efeitos para produtores, prestadores de serviço e consumidores.

O processo de obtenção do registro da IG ocorre junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e implica um processo detalhado que envolve pesquisa, comprovação das características únicas do produto e colaboração comunitária. Esse processo fortalece a governança local e promove a organização e o engajamento da comunidade, além de documentar seus saberes de forma oficial, fortalecendo a identidade regional e a conscientização da comunidade sobre seu histórico e seu valor material e imaterial. Com a crescente valorização de produtos autênticos e de qualidade, a IG se torna uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e a preservação de tradições culturais.

Existem outros ativos de PI que abarcam o saber comunitário, como é o caso da marca coletiva. As marcas coletivas são sinais usados para distinguir produtos e serviços em relação a outros semelhantes e proteger os negócios de uma coletividade. Conferem proteção jurídica e contribuem para valorizar os produtos e serviços de um agrupamento específico. Elas auxiliam na preservação do modo tradicional de produção uma vez que para que possam ser registradas no INPI é preciso um Regulamento de Utilização. Nesse documento, a entidade que pretende ter a titularidade da Marca Coletiva apresenta as condições e proibições para o uso dessa marca por parte de seus associados. Apenas os membros da entidade titular da marca que seguem o Regulamento de Utilização podem fazer uso dela.

Além dessas possibilidade mais voltadas para conhecimentos coletivos, há a proteção de ativos intangíveis que usualmente são de produção individual, mas que, em seu conjunto representam o modo de vida tradicional de um povo, como músicas, danças, literatura (que podem ser protegidos por direitos autorais), invenções e tecnologias (que podem ser consolidadas por meio de patentes) estampas e designs típicos (que são do ramo de desenho industrial), e até marcas de pequenos empreendedores.

O valor dessa ferramenta para salvaguardar a cultura quilombola já foi reconhecido em um projeto em andamento do Ministério da Cultura (MinC) que, por meio da Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais (SDAI), junto à Fundação Cultural Palmares e à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), desenvolvem o projeto-piloto "PI & Mulheres Quilombolas", cujo objetivo é apoiar o uso da propriedade intelectual (PI) como uma ferramenta prática de negócios, promovendo a preservação da herança cultural e o empoderamento econômico das mulheres quilombolas. Quatro comunidades quilombolas foram selecionadas no Brasil para participar: Engenho da Ponto, em Cachoeira/BA; Morro do Miquiri, em Ilhéus/BA; Tocoíós, em Francisco Badaró/MG e Baús, em Araçuaí/MG.

O projeto contou com a participação de 60 mulheres e quinze lideranças por comunidade. As participantes foram capacitadas em temas como direitos autorais, marcas, patentes e desenho industrial, com foco no uso dessas ferramentas para proteger e valorizar os saberes e práticas culturais das comunidades quilombolas.

Uma outra ação que poderia beneficiar os povos quilombolas do Matopiba seria o uso do Selo Quilombos do Brasil em sua produção comercializada. Esse selo tem a finalidade de identificar produtos de origem étnica e territorial produzidos por comunidades quilombolas. Para usar o selo, a comunidade deve estar certificada como quilombola pela Fundação Cultural Palmares, para receber essa certificação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA. A iniciativa agrega valor à produção quilombola à medida em que consumidores procuram cada vez mais produtos que geram sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, valorização da cultura local e da produção regional, geração de renda e desenvolvimento local sustentável. Esse Selo é uma parceria entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Ministério da Cultura (MinC).

Em todas essas iniciativas de preservação e valorização do modo de produção tradicional quilombola destaca-se a importância do contato com as lideranças, por questões formais e culturais. Desse modo, uma rede de comunicação pode gerar conhecimento mútuo entre comunidades e governo, e, assim, gerar uma relação de confiança que possibilite que as ações governamentais de fomento e assistência atinjam essas regiões.

Além disso, o acesso à informação possibilita a articulação das lideranças locais para criação de IGs e acompanhamento dos processos, pois permite identificar produtos com potencial para IG, documentar sua ligação com a região de origem, entender as leis e regulamentações aplicáveis, e obter capacitação técnica. Além disso, facilita a mobilização comunitária e a promoção do produto após o reconhecimento, assegurando que a IG seja bem-sucedida, difundida e beneficie as comunidades locais.

7. Plano Estratégico - Conexão Quilombo

No âmbito do Comitê Interministerial de governança para Enfrentamento à Vulnerabilidade das Comunidades Quilombolas da Região do Matopiba, destacamos o Conexão Quilombo, com foco no fomento à produção de difusão de informação e fortalecimento de redes de comunicação para a redução de desigualdades, combate a fake news e mobilização social.

Objetivo geral

Garantir que as comunidades quilombolas do Matopiba tenham acesso à informação e sejam protagonistas na produção de informação sobre sua realidade, visando mitigar a desinformação sobre elas e o deserto de notícias ao qual estão sujeitas. A comunicação é entendida como um direito básico para reprodução material e simbólica dessas comunidades.

Objetivos específicos

- Avaliar os efeitos da desinformação sobre os direitos territoriais e a sustentabilidade das comunidades quilombolas;
- Analisar as estratégias de desinformação que prejudicam as comunidades quilombolas e o movimento ambiental;
- Fomentar a produção de informações locais a partir das comunidades quilombolas da região;
- Capacitar lideranças e membros das comunidades para a produção e disseminação da informação;
- Auxiliar no combate de notícias falsas sobre a população quilombola do Matopiba.

Ações Estratégicas

Para cumprir os objetivos propostos, sugere-se algumas ações de planejamento estratégico:

1. Avaliar os efeitos da desinformação sobre os direitos territoriais e a sustentabilidade das comunidades quilombolas
 - Mapeamento de Impactos: Realizar uma pesquisa abrangente para identificar e documentar os principais efeitos da desinformação sobre os direitos territoriais e a sustentabilidade das comunidades quilombolas no Matopiba.
 - Parcerias com Instituições Acadêmicas: Colaborar com universidades e centros de pesquisa para conduzir estudos e relatórios que quantifiquem e qualifiquem os impactos da desinformação nessas áreas.
 - Workshop de Discussão: Organizar workshops com especialistas, lideranças quilombolas e organizações não governamentais (ONGs) para discutir e validar os resultados da pesquisa.
2. Analisar as estratégias de desinformação que prejudicam as comunidades quilombolas e o movimento ambiental
 - Monitoramento de Mídia: Implementar um sistema de monitoramento contínuo das mídias sociais, blogs e plataformas de notícias para identificar e catalogar as estratégias de desinformação usadas contra as comunidades quilombolas e o movimento ambiental.
 - Estudo de Casos: Desenvolver estudos de casos específicos sobre campanhas de desinformação que impactaram negativamente essas comunidades, analisando os métodos, canais e conteúdos utilizados.
 - Relatório de Ameaças: Publicar um relatório regular que detalhe as principais estratégias de desinformação identificadas e sugira contramedidas para combater esses esforços.
3. Fomentar a produção de informações locais a partir das comunidades quilombolas da região
 - Criação de Redes Locais de Comunicação: Estabelecer e fortalecer redes de comunicação comunitária, como rádios locais, blogs e páginas em redes sociais, geridas pelas próprias comunidades quilombolas.
 - Projetos de Documentação Cultural: Incentivar a produção de conteúdos que documentem e divulguem a cultura, história e práticas sustentáveis das comunidades quilombolas, promovendo uma narrativa positiva e autêntica.
 - Programa de Microfinanciamento: Criar um programa de microfinanciamento para apoiar a produção de mídia local, garantindo recursos para equipamentos e treinamentos necessários.

4. Capacitar lideranças e membros das comunidades para a produção e disseminação da informação

- Workshops de Capacitação: Organizar workshops práticos para lideranças e membros das comunidades sobre técnicas de jornalismo comunitário, produção de vídeo, fotografia e gestão de redes sociais.
- Treinamento em Verificação de Fatos: Incluir módulos específicos de treinamento sobre como identificar e desmentir notícias falsas, bem como promover a disseminação de informações corretas.
- Mentorias: Estabelecer um programa de mentoria com profissionais de mídia, que possam fornecer orientação contínua às comunidades na criação e divulgação de seus conteúdos.

5. Auxiliar no combate de notícias falsas sobre a população quilombola do Matopiba

- Plataforma de Checagem de Fatos: Desenvolver ou apoiar uma plataforma de checagem de fatos dedicada a monitorar e refutar notícias falsas sobre as comunidades quilombolas do MATOPIBA.
- Campanhas Educativas: Lançar campanhas educativas voltadas para o público em geral, destacando a importância de verificar as informações antes de compartilhá-las, com foco nas comunidades quilombolas.
- Colaboração com Mídia Mainstream: Estabelecer parcerias com veículos de mídia tradicional para ampliar o alcance das refutações e garantir que as informações corretas cheguem a um público mais amplo.

Prioridades estratégicas

- Criação de Núcleos de Jornalismo Comunitário

A produção e divulgação de informações relevantes para as comunidades quilombolas, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento local em cada uma delas, e ao mesmo tempo consolidar a proteção sistêmica das mesmas, incluindo a prevenção das emergências climáticas e combate ao desmatamento.

Assim, a criação de Núcleos de Jornalismo Comunitário em regiões quilombolas tem uma grande relevância social e econômica por promover a preservação e valorização das tradições culturais e históricas das comunidades quilombolas, reforçando a identidade e memória coletiva, além de ensinar os membros da comunidade técnicas de comunicação. Esses núcleos promovem o empoderamento local, permitindo que a própria comunidade controle a narrativa sobre suas questões e desafios.

A produção de conteúdo jornalístico gerará oportunidades econômicas, como a criação de empregos e o incentivo ao turismo cultural, espaços para divulgação de comércio local ou comércios que impactem a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões quilombolas, e são fundamentais para disseminar informações precisas e relevantes, especialmente em áreas onde o acesso à mídia é limitado, ajudando a combater a desinformação e a promover a conscientização sobre questões socioambientais.

- Meios de circulação de notícias e informações comunitárias

A forma de difusão de notícias e informações de interesse das comunidades deve ser abrangente e considerar não só as facilidades, mas as dificuldades inerentes a cada uma delas. Desta forma, a redundância e variedade de meios se torna uma maneira eficaz de mitigar as dificuldades de atingimento massivo de pessoas dentro e fora das comunidades quilombolas, com conteúdos de interesse local, regional, específico e geral.

Estes meios podem ser por Rádios Comunitárias, Criação de Conteúdo Audiovisual para TV, Rádio e Internet, Grupos de Mensagem Eletrônica por Aplicativo, E-mail Marketing e Periódicos Impressos e Digitais.

A criação desses núcleos será viabilizada por:

- a) Reconhecer as comunidades quilombolas do Matopiba como contemplados nos princípios da Lei nº 11652, de 07 de abril de 2008, sobretudo aqueles previstos nos incisos II, IV, V, VI, VIII e XI do artigo 2º.
- b) Qualificação de lideranças e pessoas para curadoria, produção, investigação e difusão de conteúdos jornalísticos;
- c) Financiamento público de infraestrutura de transmissão por faixas permitidas para estas iniciativas, em consonância com as Leis nº 11652, de 07 de abril de 2008, que Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências, 9998, de 17 de agosto de 2000, que Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e 9612, de 19 de fevereiro de 1998, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências;

d) Edição de novo decreto ou reedição nos mesmos moldes do atual Decreto nº 11.753, de 25 de outubro de 2023, para que a iniciativa vá além da Saúde Pública e englobe outras áreas como Meio Ambiente e Povos e Comunidades Tradicionais e incluir, desta forma, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República na gestão do combate à desinformação climática e ambiental;

e) Garantir a transmissão do sistema de rádio e TV da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para toda região do Matopiba;

f) Inclusão, com programação regional alimentada por troncos locais, das rádios comunitárias na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNPC), gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), incluindo nacionalmente informações e notícias relevantes que dizem respeito às comunidades quilombolas do Matopiba;

g) Priorização de conteúdos em:

1. proteção ambiental;
2. prevenção de emergências climáticas;
3. preservação dos modos de vida tradicionais;
4. turismo sustentável;
5. combate à desinformação étnica, climática e ambiental;
6. práticas agrícolas sustentáveis;
7. divulgação de produtos e serviços criados pelas comunidades quilombolas do Matopiba;
8. divulgação de políticas públicas direcionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais.

As rádios comunitárias desempenharão um papel crucial na proteção de comunidades quilombolas contra a desinformação, ao atuarem como um canal de comunicação local e autônomo, oferecendo diversas contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e informada.



8. Cronograma

Propõe-se um cronograma de 3 anos para cumprimento do planejamento estratégico - Conexão Quilombo

1º Ano

- Realizar a pesquisa inicial sobre os efeitos da desinformação.
- Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e ONGs.
- Começar o monitoramento contínuo das estratégias de desinformação.

2º Ano

- Implementar as primeiras ações de capacitação das lideranças e membros das comunidades quilombolas.
- Criar redes locais de comunicação e lançar o programa de microfinanciamento.
- Iniciar a produção de conteúdos locais e documentar a cultura e história das comunidades.

3º Ano

- Expandir e consolidar as redes de comunicação comunitária.
- Aumentar a produção de informações locais e reforçar o treinamento em verificação de fatos.
- Fortalecer as campanhas educativas e as plataformas de checagem de fatos.
- Concluir o projeto com uma avaliação de impacto e garantir a continuidade das iniciativas pelas comunidades.

Ano	Trimestre	Atividade	Descrição
1	1º	Avaliar os efeitos da desinformação	Iniciar o Mapeamento de Impactos com uma equipe de pesquisa e reuniões com comunidades quilombolas.
			Estabelecer Parcerias com Instituições Acadêmicas para apoio em estudos e coleta de dados.
		Analisar as estratégias de desinformação	Implementar o Monitoramento de Mídia e iniciar a coleta de dados.
		Fomentar a produção de informações locais	Iniciar a Criação de Redes Locais de Comunicação.
	2º	Avaliar os efeitos da desinformação	Continuar o Mapeamento de Impactos e iniciar a análise preliminar dos dados.
		Analisar as estratégias de desinformação	Desenvolver os primeiros Estudos de Casos baseados nos dados coletados.
		Fomentar a produção de informações locais	Lançar o Programa de Microfinanciamento para apoiar a produção de mídia local.
	3º	Avaliar os efeitos da desinformação	Realizar o primeiro Workshop de Discussão para validar os resultados preliminares.
		Capacitar lideranças e membros das comunidades	Iniciar Workshops de Capacitação focados em jornalismo comunitário.
		Auxiliar no combate de notícias falsas	Começar o desenvolvimento da Plataforma de Checagem de Fatos.
	4º	Avaliar os efeitos da desinformação	Finalizar a coleta de dados e análise do Mapeamento de Impactos.
		Analisar as estratégias de desinformação	Publicar o primeiro Relatório de Ameaças.
		Capacitar lideranças e membros das comunidades	Realizar Mentorias e expandir os Workshops de Capacitação para outras comunidades.

Ano	Trimestre	Atividade	Descrição
2	1º	Analisar as estratégias de desinformação	Continuar o Monitoramento de Mídia e iniciar novos Estudos de Casos.
		Fomentar a produção de informações locais	Implementar Projetos de Documentação Cultural e apoiar a produção de conteúdo local.
		Auxiliar no combate de notícias falsas	Lançar a Plataforma de Checagem de Fatos.
	2º	Avaliar os efeitos da desinformação	Publicar o relatório final do Mapeamento de Impactos.
		Capacitar lideranças e membros das comunidades	Expandir o Treinamento em Verificação de Fatos para mais comunidades.
		Auxiliar no combate de notícias falsas	Iniciar Campanhas Educativas sobre verificação de informações.
	3º	Analisar as estratégias de desinformação	Publicar um segundo Relatório de Ameaças e atualizar os Estudos de Casos.
		Fomentar a produção de informações locais	Avaliar o impacto das Redes Locais de Comunicação e ajustar o apoio conforme necessário.
		Auxiliar no combate de notícias falsas	Estabelecer Parcerias com Mídia Mainstream para amplificar os esforços de combate à desinformação.
	4º	Capacitar lideranças e membros das comunidades	Continuar com Mentorias e realizar novos Workshops de Capacitação focados em produção de vídeo e fotografia.

Ano	Trimestre	Atividade	Descrição
3	1º	Avaliar os efeitos da desinformação	Realizar uma avaliação de impacto das ações realizadas nos anos anteriores e ajustar estratégias.
		Analisar as estratégias de desinformação	Atualizar o Monitoramento de Mídia e revisar os Estudos de Casos.
		Auxiliar no combate de notícias falsas	Continuar as Campanhas Educativas com base nos aprendizados anteriores.
		Avaliar os efeitos da desinformação	Realizar uma avaliação de impacto das ações realizadas nos anos anteriores e ajustar estratégias.
	2º	Fomentar a produção de informações locais	Ampliar os Projetos de Documentação Cultural para mais comunidades quilombolas.
		Capacitar lideranças e membros das comunidades	Revisar e atualizar os módulos de Treinamento em Verificação de Fatos.
	3º	Analisar as estratégias de desinformação	Publicar o relatório final de Relatório de Ameaças com recomendações para o futuro.
		Fomentar a produção de informações locais	Finalizar as atividades de Redes Locais de Comunicação e consolidar sua sustentabilidade.
	4º	Avaliar os efeitos da desinformação	Organizar um evento de encerramento para compartilhar resultados e lições aprendidas com todas as partes interessadas.
		Capacitar lideranças e membros das comunidades	Concluir as Mentorias e avaliar o impacto das capacitações realizadas.
		Auxiliar no combate de notícias falsas	Consolidar a Plataforma de Checagem de Fatos e as parcerias com a mídia, garantindo sua continuidade após o término do projeto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

CLIMAINFO. A desinformação climática impede ações e alimenta divisões. 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/11/04/a-desinformacao-climatica-impede-acoes-e-alimenta-divisoes/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA CONTEÚDO ENGANOSO DISTORCE DADOS CIENTÍFICOS E MINAM A CONFIANÇA NA CIÊNCIA CLIMÁTICA. Curitiba: Observatório Sistema Fiep, 2023. Disponível em: <https://paineldemudancasclimaticas.org.br/noticia/desinformacao-climatica>. Acesso em: 05 jun. 2024.

DIEGUES, A. C. (org). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

GARCIA, Ruiz e VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro, «O papel da dimensão ambiental na ocupação do MATOPIBA», Confins [Online], 35 | 2018, posto online no dia 01 agosto 2018, consultado o 30 julho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/confins/13045>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.13045>

GLOBAL RISKS REPORT 2024. Switzerland: World Economic Forum, 2024. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GRR24_Press%20release_PT.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia nº 322 (Brasília: Universidade de Brasília). <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>, 2002.

MARETTI, C. C & SIMÕES, J.F. Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais no Brasil e Relações com os Conceitos Associados aos TICCAs. ISPN, Brasília, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Mini-Atlas: da Questão Agrária do MATOPIBA [recurso eletrônico] / Eduardo Paulon Girardi e Anderson Antonio da Silva. Brasília : Universidade de Brasília, 2024.

MURAL, Agência. Descubra se você vive em um deserto de notícias. 2024. Disponível em: <https://agenciamural.org.br/descubra-se-voce-vive-em-um-deserto-de-noticias/>. Acesso em: 10 jun. 202



Referências bibliográficas

NETLAB - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ecossistema de Desinformação Socioambiental no Brasil. 2023. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/ecossistema-de-desinforma%C3%A7%C3%A3o-socioambiental-no-brasil>. Acesso em: 12 jun. 2024

SANTOS, A. Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações . Brasília, 2015.

ANEXO I

Planejamento de Comunicação

O Plano de Comunicação tem como objetivo principal dar subsídios às equipes que atuarão na divulgação do Plano Estratégico, bem como orientar porta-vozes que estarão autorizados a dar entrevistas sobre o tema.

Para isso, solicita-se reuniões periódicas entre as assessorias de comunicação envolvidas, com pontos focais que ficarão responsáveis pelo projeto e que, constantemente, haja alinhamento dos discursos utilizados em todos os canais de comunicação e também para o treinamento dos porta-vozes.

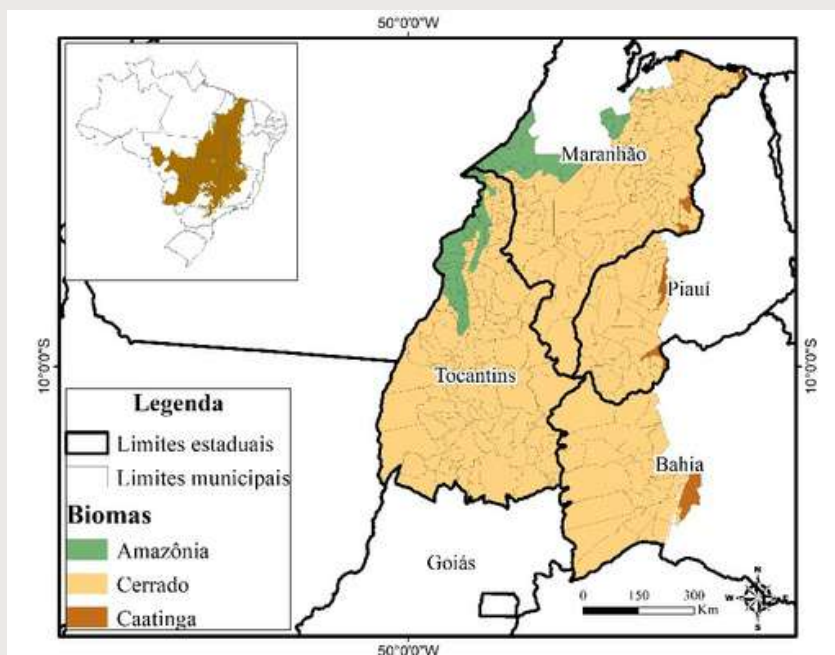
1. O que?

O Governo Federal, por meio de iniciativa interministerial com dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA), dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), das Comunicações (Mcom), Ministério da Igualdade Racial (MIR) e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM -PR), lança o Comitê Interministerial de governança para Enfrentamento à Vulnerabilidade das Comunidades Quilombolas da Região do Matopiba frente à Expansão Agropecuária com o objetivo de garantir a proteção e a sustentabilidade ambiental das comunidades quilombolas do Matopiba, bem como o combate à desinformação e a valorização das comunidades e seus modos de vida, por meio do Plano Estratégico Comunica Quilombo.



2. Onde?

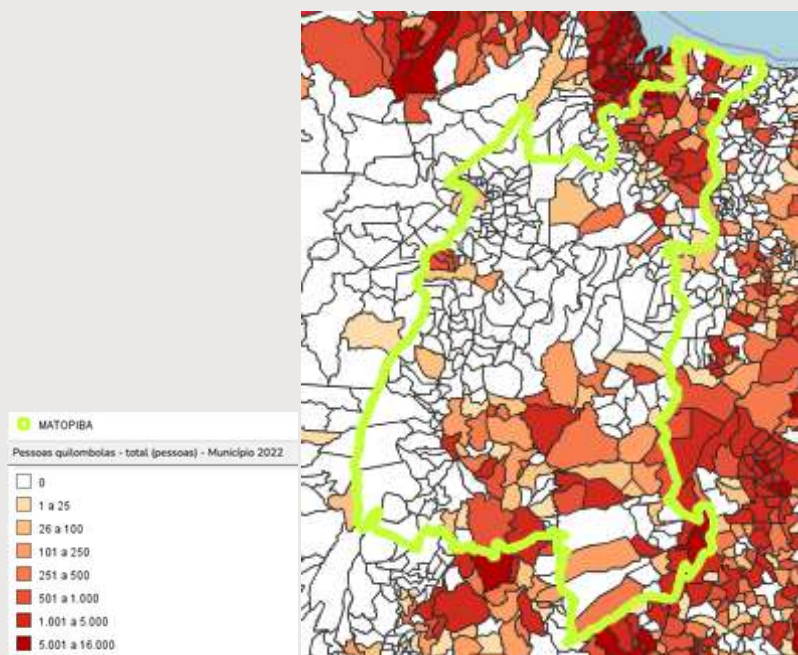
O Matopiba compreende 31 microrregiões e 337 municípios, com uma área total de 73,1 milhões de hectares, correspondendo a 51% da extensão dos quatro estados envolvidos, Tocantins detém 37,95% dessa área, seguido pelo Maranhão com 32,77%, a Bahia com 18,06% e o Piauí com 11,21%. A região é predominantemente coberta pelo bioma Cerrado, que ocupa 90,94% da área total, enquanto a Amazônia cobre 7,27% e a Caatinga, 1,64%.



Fonte: GARCIA e VIEIRA FILHO, 2018.

3. Quem?

Segundo o Censo Demográfico 2022, 97.624 pessoas quilombolas (7,33% dos quilombolas do país), distribuídas em 829 localidades quilombolas, conforme mapa a seguir:



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, 73,86% dos estabelecimentos agropecuários do Matopiba eram dirigidos por produtores pretos ou pardos, percentual acima do resultado nacional, em que os estabelecimentos dirigidos por produtores pretos e pardos somavam 52,83% no mesmo ano. Em 2022, 77,84% da população residente do Matopiba era formada por pessoas pretas ou pardas, frente a 55,51% de pretos ou pardos na população total do país.

Ressalta-se que a identificação de uma pessoa como quilombola é autodeclaratória, seguindo os mesmos princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (para povos indígenas e tribais), que afirmam que “a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos”. Importante destacar que o Estado Brasileiro não tem a atribuição de reconhecer quem é ou não quilombola, devendo ser respeitada a autodeclaração identitária, bem como o reconhecimento pelos pares dessa identidade.

4. Por quê?

Estudos indicam que o Matopiba concentra a maior parte do desmatamento do bioma Cerrado. Entre janeiro e julho de 2023, 85% do desmatamento do bioma aconteceu nesta região, segundo análise do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), impulsionado pela agricultura de larga escala voltada para a exportação, conforme mapa a seguir. Segundo a pesquisadora do Observatório do Matopiba Patrícia da Silva, o Cerrado tem sido considerado por estudiosos como uma zona de "sacrifício", onde o desmatamento é permitido em nome da preservação da Amazônia e do crescimento do agronegócio.,,

5. Como?

O planejamento estratégico tem como objetivo manter os valores e princípios elencados abaixo que refletem tanto a proteção ambiental quanto o respeito e a valorização das culturas locais:

- Respeito à Cultura Local: Valorizar e proteger os conhecimentos tradicionais das comunidades Quilombolas, reconhecendo sua importância na preservação ambiental e na identidade cultural.
- Participação Comunitária: Garantir a participação ativa das comunidades na tomada de decisões, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas em todas as etapas do plano.
- Transparência: Manter um fluxo de informações claro e acessível para todas as partes envolvidas, promovendo a confiança e a colaboração mútua.
- Sustentabilidade: Focar em práticas que promovam o desenvolvimento sustentável, equilibrando a proteção ambiental com as necessidades socioeconômicas das comunidades.
- Justiça Social e Ambiental: Promover a equidade no acesso a recursos e oportunidades, combatendo desigualdades históricas e garantindo que as comunidades Quilombolas sejam protegidas contra os impactos negativos de ações externas.
- Responsabilidade: Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos, para garantir que os objetivos do plano sejam alcançados de forma eficaz e ética.

6. Narrativas e pontos relevantes

- A proteção e a sustentabilidade ambiental das comunidades quilombolas de Matopiba, bem como a inclusão dessas comunidades nas decisões políticas que afetam suas vidas, são fatores determinantes para a manutenção e preservação histórica desses povos.
- São os povos e comunidades tradicionais que enfrentam os danos mais imediatos do desmatamento, da contaminação das águas por agrotóxicos e da redução da vazão dos rios que têm afetado a savana brasileira.
- Com a execução do planejamento, almejamos que o cerrado e suas comunidades tradicionais estejam integrados em um modelo de desenvolvimento que equilibre crescimento econômico com preservação ambiental, garantindo o direito à vida e os modos de vida das comunidades tradicionais.
- As práticas agrícolas no Cerrado devem ser adaptadas para respeitar e proteger o bioma, com ênfase em técnicas sustentáveis que não comprometam a biodiversidade ou os recursos hídricos. A governança ambiental será robusta e transparente, com monitoramento eficaz e incentivos para a conservação e a recuperação de áreas degradadas.
- As comunidades quilombolas são um símbolo de harmonia entre natureza e sociedade, onde a conservação da biodiversidade e a proteção dos direitos das pessoas que fazem parte e caminham lado a lado, garantindo um legado de sustentabilidade e respeito para as futuras gerações.
- O acesso a informações íntegras e confiáveis evita a propagação de comunicações que prejudicam a valorização e o apoio às comunidades quilombolas, por isso, a importância da criação dos núcleos de jornalismo, fortalecimento das lideranças locais e da memória institucional dessas comunidades são estratégias de fortalecimento institucional e de enfrentamento à desinformação.

7. Objetivos da Comunicação:

- Promover a transparência e disseminar informações sobre as ações do plano estratégico
- Sensibilizar e engajar as comunidades quilombolas e stakeholders sobre os desafios e vulnerabilidades enfrentadas.
- Fortalecer a identidade cultural e a resiliência das comunidades quilombolas.

8. Público:

- Comunidades quilombolas da região do Matopiba.
- Organizações não governamentais (ONGs) e sociedade civil.
- Governos locais e instituições públicas.
- Meios de comunicação locais e regionais.

9. Canais de Comunicação

Offline:

- Rádios Comunitárias: Importante meio de comunicação em áreas rurais e comunidades quilombolas, garantindo que as informações cheguem a todos, especialmente aqueles com acesso limitado à internet.
- Mídia Impressa e Jornais Locais: Distribuição de boletins informativos e cartilhas educativas em escolas, centros comunitários e em eventos locais.
- Cartazes e panfletos: Distribuição em escolas, postos de saúde, e centros comunitários.
- Reuniões comunitárias: Sessões informativas e de escuta para engajar líderes locais.

Online:

- Redes Sociais: Plataformas como Whatsapp, Facebook, Instagram, e YouTube são utilizadas para alcançar um público mais amplo, especialmente entre os jovens e aliados das causas ambientais e sociais.
- Blogs e sites: Publicação de artigos e relatórios sobre o progresso das iniciativas.
- Webinars e Palestras Online: Espaços de diálogo onde especialistas e membros da comunidade discutem estratégias e desafios.

- Podcasts: Programas de áudio que abordam questões relacionadas ao meio ambiente, direitos territoriais e cultura quilombola.
- Plataformas Institucionais: Sites do governo e de ONGs que apoiam a causa, são utilizados para consultas públicas e compartilhamento de informações.

10. Identidade visual

Todas as assessorias de comunicação dos Ministérios envolvidos poderão fazer divulgação das ações relacionadas ao planejamento, no entanto, devem utilizar uma única identidade visual que será elaborada pelo órgão que coordena a iniciativa. A mesma identidade visual será utilizada para todas as ações que aconteçam no decorrer do plano, com alterações específicas que podem identificar com facilidade a ação a ser executada.

11. Formato das publicações e estratégias de conteúdo

Evento de lançamento

- Objetivo: Lançar a estratégia e Comitê na maior comunidade quilombola em evento convidando a imprensa e interessados da sociedade civil
- Conteúdo: Gravar vídeos com porta-vozes do Governo Federal para as mídias sociais e produzir matérias para os sites institucionais e com lideranças locais.
- Ação: Utilizar todos os canais de comunicação para que as comunidades consigam acompanhar o evento e fazer transmissão ao vivo nos canais oficiais do Governo Federal.

Campanha de Sensibilização Digital

- Objetivo: Aumentar a conscientização sobre o impacto da expansão agropecuária e a importância da preservação do Cerrado.
- Conteúdo: Criar vídeos curtos, infográficos e posts em redes sociais explicando os principais pontos do plano, como os valores de respeito à cultura local e sustentabilidade.
- Ação: Utilizar plataformas como Instagram, Facebook e YouTube para alcançar um público mais amplo, incluindo jovens quilombolas e aliados da causa.

Séries Documentais e Entrevistas

- **Objetivo:** Ampliar a voz das comunidades quilombolas, destacando suas lutas, histórias e perspectivas.
- **Conteúdo:** Produzir uma série de documentários curtos com líderes e moradores das comunidades discutindo a importância do plano estratégico e como ele impacta suas vidas. Uso de histórias e testemunhos de membros da comunidade para ilustrar impactos positivos.
- **Ação:** Publicar no YouTube e compartilhar em redes sociais e sites parceiros, como organizações de direitos humanos e ambientais.

Materiais Educativos para Escolas e Comunidades

- **Objetivo:** Educar as novas gerações e as próprias comunidades sobre a importância da preservação ambiental e dos direitos culturais.
- **Conteúdo:** Desenvolver cartilhas, pôsteres e apresentações que expliquem de forma didática os princípios do plano, como a justiça social e a sustentabilidade.
- **Ação:** Distribuir os materiais em escolas e centros comunitários da região de Matopiba, promovendo oficinas de leitura e debates.

Podcast de Discussão Comunitária

- **Objetivo:** Criar um espaço de diálogo contínuo sobre os desafios e soluções para a proteção das comunidades Quilombolas.
- **Conteúdo:** Episódios com especialistas, membros da comunidade e ativistas discutindo tópicos relevantes do plano, como participação comunitária e justiça ambiental.
- **Ação:** Publicar em plataformas de podcast como Spotify e Apple Podcasts, e divulgar nas redes sociais.

Webinars e Palestras Online

- **Objetivo:** Informar e engajar parceiros, ONGs, e a comunidade acadêmica sobre as metas e desafios do plano estratégico.
- **Conteúdo:** Organizar webinars com especialistas em direitos humanos, líderes quilombolas, e representantes governamentais para discutir as estratégias e metas do plano.
- **Ação:** Transmitir ao vivo e disponibilizar gravações em plataformas de vídeo e sites institucionais.

Campanha de Mídia Tradicional

- **Objetivo:** Alcance de um público mais amplo, especialmente em áreas com acesso limitado à internet.
- **Conteúdo:** Criar anúncios de rádio e TV explicando os objetivos do plano e incentivando a participação comunitária. Utilizar as lideranças e jovens locais como porta-vozes da comunidade
- **Ação:** Veicular em rádios locais, canais de TV regionais e em mídia impressa, como jornais comunitários.

12. Gestão de Crises:

Para gestão de crise, ressalta-se a importância de treinamento de porta-vozes, alinhamento de discursos a partir das reuniões do Comitê e que todo potencial risco deve ser levado e avaliado pelos seus membros.

Tendo em vista os riscos de conflitos da região é importante que os Ministérios envolvidos e responsáveis pela comunicação tenham ciência das ações abaixo, caso elas existam, ou que sejam criadas para evitar crises e para que, em caso de crise, haja resposta rápida aos acontecimentos:

Mapeamento e Monitoramento

- **Mapeamento de Conflitos:** Utilizar ferramentas de geoespacialização para identificar áreas críticas de conflitos territoriais.
- **Monitoramento Contínuo:** Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para registrar e relatar incidentes de violência, incluindo ameaças, assassinatos e deslocamento forçado.

Fortalecimento Comunitário

- **Capacitação e Formação:** Realizar treinamentos com as lideranças locais sobre direitos humanos e mecanismos de proteção.
- **Rede de Apoio:** Criar e/ou fortalecer redes de apoio entre as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais para compartilhar informações e oferecer suporte mútuo.

Advocacy e Incidência Política

- **Pressão Política:** Estar ciente e acompanhando as mobilizações das organizações da sociedade civil, ONGs e órgãos internacionais que pressionam o Governo a implementar políticas públicas que protejam os direitos territoriais das comunidades quilombolas.

- Articulação com Órgãos de Defesa: Estabelecer canais de comunicação diretos com o Ministério Público, Defensoria Pública e outras entidades de defesa para assegurar respostas rápidas e efetivas a incidentes de violência.

Proteção Legal e Segurança

- Protocolos de Segurança: Estabelecer protocolos de segurança para as lideranças comunitárias, incluindo a criação de rotas de fuga e sistemas de comunicação emergencial.

Diálogo e Negociação

- Facilitação de Diálogo: Promover o diálogo entre as comunidades, o governo e representantes do agronegócio para buscar soluções pacíficas para os conflitos.
- Mediação de Conflitos: Implementar processos de mediação com a ajuda de mediadores imparciais para resolver disputas territoriais sem recorrer à violência.

Além disso, é importante que tenham equipes de comunicação responsáveis pela repercussão midiática, por meio de clipping estratégico diários com notícias boas e ruins, comentários nas mídias sociais, bem como repercussões nas comunidades para constante avaliação e atualização, caso seja necessário, das estratégias de comunicação.

13. Monitoramento e Avaliação

Indicadores-chave de desempenho (Definição de KPIs)

- Taxa de participação em eventos comunitários, engajamento nas redes sociais, e feedback das comunidades.
- Quantidade de notícias positivas publicadas pela imprensa, mídias nacionais e locais;
- Quantidade de notícias negativas publicadas pela imprensa, mídias nacionais e locais;

Monitoramento de Mídia:

- Utilizar ferramentas de monitoramento de mídia para acompanhar menções em redes sociais, notícias e outros canais. Isso ajuda a identificar rapidamente crises e ajustar a comunicação conforme necessário.

Pesquisas de Opinião e Satisfação:

- Realizar pesquisas periódicas com as comunidades para avaliar o nível de compreensão, aceitação e reação às mensagens divulgadas.
- Análise de Sentimento:
- Utilizar software de análise de sentimento para avaliar o tom das discussões online relacionadas ao plano de comunicação. Isso ajudará a entender como a mensagem está sendo recebida.

Relatórios periódicos:

- Produzir relatórios periódicos que sintetizem os resultados dos KPIs, monitoramento de mídia, pesquisas e análise de sentimento, destacando áreas de sucesso e oportunidades de melhoria.
- Revisão e Ajuste Contínuos:
- Revisar periodicamente o plano de comunicação com base nos dados coletados, ajustando estratégias e táticas para melhorar a eficácia e o impacto.